



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

YASMIM CHAGAS COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO DURANTE A  
PANDEMIA DA COVID-19: Quais os efeitos da pandemia no Ensino Básico do  
Estado e que ações foram propostas?**

Recife

2023

YASMIM CHAGAS COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO DURANTE A  
PANDEMIA DA COVID-19: Quais os efeitos da pandemia no Ensino Básico do  
Estado e que ações foram propostas?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador (a): Eliane Maria Monteiro da Fonte

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Costa, Yasmim Chagas.

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO  
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: Quais os efeitos da pandemia no  
Ensino Básico do Estado e que ações foram propostas? / Yasmim Chagas Costa.**  
- Recife, 2023.

89 : il., tab.

Orientador(a): Eliane Maria Monteiro da Fonte  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais -  
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Educação Básica. 2. Pandemia. 3. Covid-19. 4. Políticas Públicas. 5.  
Indicadores Educacionais. I. Fonte, Eliane Maria Monteiro da. (Orientação). II.  
Título.

370 CDD (22.ed.)

YASMIM CHAGAS COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO DURANTE A  
PANDEMIA DA COVID-19: Quais os efeitos da pandemia no Ensino Básico do  
Estado e que ações foram propostas?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Sociais da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharelado em  
Ciências Sociais.

Aprovado em: XX/XX/20XX

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Sérgio Neves Dantas (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dra. Darcilene Cláudio Gomes (Examinadora Externa)  
Fundação Joaquim Nabuco

Dedico este trabalho a todos aqueles que me acompanharam nesta jornada.  
Consegui(mos)!

## **AGRADECIMENTOS**

Inicio meus agradecimentos destacando que venho de uma família de educadoras. Obrigada à minha tia Rosália, por ter me alfabetizado, à minha madrinha, Joyce, por me ensinar a língua inglesa, e à minha avó, Rosângela, por não me deixar assassinar a língua portuguesa. O exemplo dessas três mulheres que me educaram em casa e na escola é o que me proporciona olhar com mais carinho e respeito para a Educação.

Agradeço às minhas tias Pompéia e Magna por terem me proporcionado concluir os estudos em um colégio de qualidade, o que sem dúvida, me propiciou alcançar o ensino superior numa das melhores universidades do País.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais, cuja proposta de execução fez uma enorme diferença na minha formação acadêmica e na de centenas de estudantes bolsistas e voluntários. Agradeço à tutora e minha orientadora Eliane da Fonte, uma das mulheres e cientistas mais brilhantes com quem tive a honra de trabalhar e confraternizar, e aos demais colegas com quem tive a honra de iniciar a trajetória científica e propiciar as trocas intelectuais que tanto me enriqueceram no tempo em que pude contribuir com o programa.

Agradeço à Marcele, Lucylle e Rodrigo, cuja influência e amizade pude carregar para fora da nossa pequena e caótica sala de estudos do 12 andar.

Agradeço ao programa de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade de desenvolver minhas habilidades e contribuir com o desenvolvimento de temáticas tão caras à sociedade brasileira. Meu apreço e compromisso com o fazer científico só foi possível graças à experiência que um programa que incentiva jovens cientistas na sua caminhada pode proporcionar. Agradeço à Darcilene Gomes, minha professora orientadora, cuja dedicação, organização e inteligência me inspiram a ser, um dia, uma grande pesquisadora.

Agradeço imensamente ao corpo docente da UFPE, em especial, o professor Francisco Jatobá, com quem tive a oportunidade de aprender diariamente sobre a vida acadêmica, o compromisso com a ética científica, a responsabilidade didática e o equilíbrio da força.

À Soraya, minha mãe, agradeço por todo esforço e dedicação que me permitiram trilhar meu próprio caminho com coragem e dignidade. Agradeço à Guilherme, meu irmão, por me ajudar a desenvolver independência e força.

Agradeço à Alexandre, meu pai, por todo incentivo e discursos que me fizeram enxergar grandeza na minha trajetória. Vocês são minha base e a mais pura forma de amor que possuo em minha vida.

Agradeço à Yasmim Albuquerque, com quem compartilho o nome e lamento não poder dividir esse TCC. Obrigada por ter sido minha dupla em todas as oportunidades possíveis, dentro e fora da Universidade, por todas as noites de insônia compartilhada fazendo trabalhos acadêmicos e profissionais, e pelas fofocas de corredor. A admiração que sinto pela excelente cientista social que você é me inspira.

Por fim, agradeço à Daiana e Israel que fizeram da passagem pela Universidade uma empolgante e proveitosa aventura. Obrigada por entenderem meus melhores e piores momentos. Obrigada por jamais desistirem de mim e estarem presentes em todas as vezes que eu desisti e desisti de desistir. Obrigada por me fazerem ver sentido numa frase clichê de Émile Durkheim que todo estudante de Ciências Sociais um dia vai postar nas redes sociais.

## RESUMO

O presente trabalho consiste na identificação e análise das principais medidas desenvolvidas e implementadas pelo Governo do Estado de Pernambuco para lidar com a Covid-19 no âmbito escolar, tendo como foco as escolas de educação básica que ofertam o ensino fundamental em seus anos iniciais, finais e ensino médio. O estudo busca também identificar em que medida e de que forma essas estratégias serviram para atenuar os efeitos da pandemia do Covid-19 na Educação Básica, através da análise das taxas de rendimento escolar e principais indicadores educacionais no estado. Para cumprir estes objetivos, foi realizado o levantamento de documentos norteadores oficiais e institucionais e de informações resultado de pesquisas acadêmicas sobre a criação e implementação de políticas públicas voltadas à educação durante a pandemia do Covid-19, dados secundários extraídos do Censo Escolar, pesquisa anual realizada pelo Inep, e do questionário suplementar do Censo Escolar intitulado “Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia da Covid-19 no Brasil”, compreendendo os períodos de 2017 a 2022, de forma a compreender quais as mudanças apresentadas nestes indicadores educacionais, considerando os períodos anteriores e durante a pandemia. Os principais resultados apontam para estratégias desenvolvidas pelo Estado visando cobrir demandas como segurança alimentar escolar, acesso a atividades de ensino-aprendizagem remoto, inclusão digital para estudantes e professores, e medidas de reforço escolar e combate à evasão, expressas em quatro arranjos: a) Decretos e Leis ordinárias com ações normativas de orientação à Educação no contexto da pandemia; b) Criação do Portal Educa-PE e do Programa Conecta aí; c) Criação do Programa Monitoria PE; d) Adoção do Programa de Alimentação Escolar e Ação Governamental de Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino. Nos indicadores escolares, a tendência que vinha sendo observada nos últimos anos de diminuição no número de matrículas foi aprofundada durante a pandemia, com uma baixa ainda mais significativa de estudantes matriculados no ensino fundamental como todo. No ensino médio, as matrículas nas instituições de ensino privado, que nos anos anteriores à pandemia apresentavam um aumento contínuo, em 2020 sofreram uma baixa, concomitante a um aumento no número de matrículas no ensino público, sugerindo a migração dos estudantes de um setor para o outro.

Nas taxas de rendimento escolar, de maneira geral, foi observado a diminuição nas taxas de abandono e reprovação, principalmente no primeiro ano de pandemia, em 2020. Este dado é, à princípio, inesperado, e levanta questionamentos quanto às formas de monitoramento de frequência escolar e processos avaliativos que possam estar afetando esses indicadores no período pandêmico.

**Palavras-chave:** Educação básica; Pandemia; Covid-19; Políticas Públicas; Indicadores Educacionais.

## **ABSTRACT**

This work consists of identifying and analyzing the main measures developed and implemented by the Government of the State of Pernambuco to deal with Covid-19 in the school environment, focusing on basic education schools that offer elementary education in their initial and final years, and secondary education. The study also seeks to identify to what extent and in what way these strategies served to mitigate the effects of the Covid-19 pandemic on Basic Education, through the analysis of school performance rates and main educational indicators in the state. To meet these objectives, a survey of official and institutional guiding documents and information resulting from academic research on the creation and implementation of public policies aimed at education during the Covid-19 pandemic was carried out, secondary data extracted from the School Census, an annual survey carried out by Inep, and the supplementary questionnaire of the School Census entitled "Educational Response Research to the Covid-19 Pandemic in Brazil", covering the periods from 2017 to 2022, in order to understand the changes presented in these educational indicators, considering the previous periods and during the pandemic. The main results point to strategies developed by the State to cover demands such as school food security, access to remote teaching-learning activities, digital inclusion for students and teachers, and school reinforcement measures and combating dropout rates, expressed in four arrangements: a) Decrees and Ordinary Laws with normative actions to guide Education in the context of the pandemic; b) Creation of the Educa-PE Portal and the Conecta aÍ Program; c) Creation of the PE Monitoring Program; d) Adoption of the School Meal Program and Government Action for Digital Inclusion of Professionals from the State Education Network. In school indicators, the trend that had been observed in recent years of a decrease in the number of enrollments was deepened during the pandemic, with an even more significant drop in students enrolled in primary education as a whole. In secondary education, enrollments in private education institutions, which in the years before the pandemic showed a continuous increase, in 2020 suffered a drop, concomitantly with an increase in the number of enrollments in public education, suggesting the migration of students from one sector to the other. In school performance rates, in general, a decrease in dropout and failure rates was observed, especially in the first year of the

pandemic, in 2020. This data is, at first, unexpected, and raises questions regarding the ways of monitoring attendance school and evaluation processes that may be affecting these indicators during the pandemic period.

**Keywords:** Basic education; Pandemic; Covid-19; Public policy; Educational Indicators.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES (conferir a numeração das páginas)

Quadro 1	Descrição de medidas normativas durante a pandemia da Covid-19 em relação à educação em Pernambuco.	32
Imagem 1	Cálculo para Taxa de Rendimento	72
Gráfico 1	Média de dias em que a Modalidade de Mediação de Ensino foi adotada em Pernambuco, por etapa de ensino e dependência administrativa, durante o ano letivo de 2021	49
Quadro 2	Variáveis em comum nos questionários da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil.	44
Gráfico 2	Número de Matrículas em Pernambuco, 2017 a 2022	63
Gráfico 3	Número de Matrículas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em Pernambuco por Rede de Ensino, 2017 a 2022	66
Gráfico 4	Número de Matrículas do Ensino Fundamental (Anos Finais) em Pernambuco por Rede de Ensino, 2017 a 2022	66
Gráfico 5	Número de Matrículas do Ensino Médio) em Pernambuco por Rede de Ensino, 2017 a 2022	67
Gráfico 6	Matrículas no Ensino Médio por Declaração de Raça/Cor, em Pernambuco, (2017-2022)	70
Gráfico 7	Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em Pernambuco, na Área Rural, por Dependência Administrativa, 2017 a 2022	73
Gráfico 8	Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental (Anos Finais) em Pernambuco, na Área Rural, por Dependência Administrativa, 2017 a 2022	73
Gráfico 9	Taxa de Reprovação do Ensino Médio em Pernambuco, na Área Urbana, por Dependência Administrativa, 2017 a 2022	74
Gráfico 10	Taxa de Reprovação do Ensino Médio em Pernambuco, na Área Rural, por Dependência Administrativa, 2017 a 2022	75
Gráfico 11	Taxa de Abandono do Ensino Médio em Pernambuco, na Área Urbana, por Dependência Administrativa, 2017 a 2022	76
Gráfico 12	Taxa de Abandono do Ensino Médio em Pernambuco, na Área Rural, por Dependência Administrativa, 2017 a 2022	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Houve ajuste na data de término do ano letivo em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19?	46
Tabela 2	Total de escolas que ofertam ensino fundamental em seus anos iniciais, finais e ensino médio, em Pernambuco, em 2021	47
Tabela 3	Total de escolas que ofertam ensino fundamental em seus anos iniciais, finais e ensino médio, em Pernambuco, por localização geográfica, em 2021	47
Tabela 4	Percentual de escolas segundo estratégia de mediação de ensino adotada em Pernambuco, por etapa de ensino, durante o ano letivo de 2021	48
Tabela 5	Percentual de escolas segundo estratégia de mediação de ensino adotada em Pernambuco, por etapa e rede de ensino, durante o ano letivo de 2021	49
Tabela 6	Estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2021, por Etapa e Rede de Ensino	51
Tabela 7	Estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Dependência Administrativa	52
Tabela 8	Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência	54
Tabela 9	Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa	55
Tabela 10	Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e	56

	Dependência Administrativa	
Tabela 11	Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa	56
Tabela 12	Formas de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais utilizadas pela escola durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa	57
Tabela 13	Escolas que trabalharam o tema da Covid-19 e ações de promoção da saúde integrado às disciplinas escolares durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa	58
Tabela 14	Medidas de prevenção e controle da Covid-19 que foram adotadas pela escola para a realização das atividades presenciais durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa	59
Tabela 15	Total de escolas em que o item da planilha é aplicável (escolas que retornaram às atividades presenciais do ano letivo de 2020 adotaram estratégia de mediação de ensino presencial ou híbrida durante o ano letivo de 2021)	59
Tabela 16	Número de Matrículas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em Pernambuco, 2017-2022, em %	64
Tabela 17	Número de Matrículas do Ensino Fundamental (Anos Finais) em Pernambuco, 2017-2022, em %	64
Tabela 18	Número de Matrículas do Ensino Médio em Pernambuco, 2017-2022, em %	65
Tabela 19	Diminuição no Número de Matrículas do Ensino Médio em relação a 2019, em Pernambuco, por Rede de Ensino, números absolutos e em Porcentagem	67
Tabela 20	Matrículas na Educação Básica em Pernambuco, 2017 a 2022	69
Tabela 21	Média de Matrículas em Escolas da Rede Privada em áreas	69

Rurais, por Etapa de Ensino da Educação Básica (2017-2022)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alepe	Assembleia Legislativa de Pernambuco
Amupe	Associação Municipalista de Pernambuco
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CadÚnico	Cadastro Único
Cenpec	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
EAD	Educação à Distância
EPI	Equipamento de Proteção Individual
Erem	Escola de Referência em Ensino Médio
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAE	Programa de Alimentação Escolar
PGE	Procuradoria Geral do Estado
SEE-PE	Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
Siepe	Sistema de Informações da Educação de Pernambuco
Undine	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA</b>	<b>23</b>
2.1	QUADRO TEÓRICO	26
2.2	PESQUISAS NORTEADORAS	28
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO DURANTE A COVID-19</b>	<b>30</b>
3.1	AÇÕES NORMATIVAS DE ORIENTAÇÃO À EDUCAÇÃO	31
3.2	PORTAL EDUCA-PE E PROGRAMA ACESSA AÍ	35
3.3	PROGRAMA MONITORIA PE	39
3.4	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AÇÃO GOVERNAMENTAL DE INCLUSÃO DIGITAL DOS PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	40
<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIAS ADOTADAS DURANTE A COVID-19 NAS ESCOLAS PERNAMBUCANAS</b>	<b>43</b>
4.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O BANCO DE DADOS E DECISÕES METODOLÓGICAS	44
4.2	CALENDÁRIO ESCOLAR	46
4.3	MODALIDADE DE ENSINO	47
4.4	ESTRATÉGIAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO ANO LETIVO	50
<b>5</b>	<b>INDICADORES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO ANTES E DURANTE A COVID-19</b>	<b>60</b>
5.1	MUDANÇA NO NÚMERO DE MATRÍCULAS	61
5.2	MUDANÇA NAS TAXAS DE RENDIMENTO	71
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>84</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. (...) Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.<sup>1</sup>

Embora iniciada no ano de 2019, no Brasil, a pandemia do Covid-19 só veio a ser reconhecida como estado de calamidade por decreto em 20 de março de 2020 pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro. Em Pernambuco, no entanto, um pouco antes do decreto presidencial, o Governo do Estado publicou o decreto Nº 48.809<sup>2</sup>, de 14 de março de 2020, reconhecendo os perigos de disseminação do vírus e dispondo de medidas temporárias a serem adotadas, dentre elas medidas de distanciamento físico, como isolamento social, e o fechamento de estabelecimentos, salvo aqueles de serviços essenciais, como alimentação e saúde (Decreto Nº 48.834). Essas medidas se devem à natureza do vírus e sua capacidade de transmissão, esta última podendo ocorrer de diversas formas, como pelo contato de uma pessoa não infectada com outra infectada ou mesmo o contato com superfícies e objetos contaminados através de secreções expelidas por tosse, espirros ou respiração de indivíduos doentes. Diante da facilidade de transmissão e rápida disseminação do vírus, a recomendação da OMS era de isolamento social a fim de evitar o contato e o uso de EPIs como medida de proteção.

Em Pernambuco, em 16 de março foram incorporados novos artigos, entre eles, o Art. 6º-A, que determina “a partir do dia 18 de março de 2020, a suspensão do funcionamento das escolas, universidades e demais estabelecimentos de ensino, público ou privados, em todo o Estado de Pernambuco (AC)”. Segundo Scaff et al (2021)

Instituições de ensino que ofertam diferentes etapas e modalidades da Educação Básica foram fechadas em momentos diferentes, de acordo com as deliberações dos 26 estados, Distrito Federal e 5570 municípios brasileiros, processo que se expandiu rapidamente, resultando no

---

<sup>1</sup> Folha Informativa sobre Covid-19 no site oficial da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), disponível em: [<sup>2</sup> Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=49417&tipo=>. Acesso em 20 de abril de 2023.](https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos. Acesso em 12 de abril de 2023.</a></p></div><div data-bbox=)

fechamento de 100% das instituições de ensino de educação básica e superior no Brasil até o final do mês de março de 2020, como informa o Monitoramento Global de Fechamentos das Escolas causados por Covid-19 (UNESCO, 2021 apud Scaff et al, 2021, p.3).

Com a suspensão das aulas presenciais, iniciou-se um debate sobre como as escolas, sobretudo as de ensino público, iriam proceder frente a demandas comuns aos estudantes. Como afirma Scaff et al (2021):

Nesse cenário, enquanto as escolas privadas brasileiras adaptavam seus materiais para que os/as estudantes participassem regulamente das aulas em casa, por via remota, gestores/as das escolas públicas se preocupavam em distribuir as provisões que deixaram de ser utilizados na alimentação escolar para que as crianças pudessem ter condições de subsistência em casa, uma vez que grande parte dos/as estudantes, particularmente, aquelas residentes nas periferias, têm na escola a sua única refeição (2021, p.3).

Em Recife, capital do Estado, a prefeitura garantiu que seriam distribuídos kits de alimentação para os alunos de escola pública com as aulas suspensas. Em entrevista ao G1<sup>3</sup>, o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, afirmou: *“Os dias letivos depois devem ser repostos e, naturalmente, não vai poder faltar merenda. Então, os municípios de maior porte podem adiantar essa possibilidade de fazer o kit para entregar aos pais para garantir a alimentação das crianças”*.

A fala de Patriota já nos prenuncia o que poderia ser uma problemática: a descentralização de ações frente à pandemia das diferentes esferas governamentais. Guiado por diretrizes que variaram de acordo com a autonomia de cada estado, cada município, a depender do seu porte, demandas e recursos, adotaria diferentes formas de enfrentamento à Covid-19.

Porém, a alimentação dos estudantes era somente uma das preocupações que o isolamento social iria trazer. Posteriormente, sob o pretexto de não atrasar ou mesmo perder o ano letivo, diversas Secretarias de Educação no país foram a favor de adotar o modelo de ensino remoto substituindo as aulas presenciais, visando cumprir os 200 dias de ano letivo previstos pela LDB. Em Pernambuco não foi diferente. Com a adoção do modelo, preocupações como evasão escolar, fornecimento de materiais didáticos, acesso às plataformas digitais e à internet para assistir às aulas se tornaram pauta. Além disso, com a iminente volta do ensino

---

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/03/17/coronavirus-decreto-determina-suspensao-de-aulas-em-todas-as-instituicoes-de-ensino-de-pe.ghtml>

presencial e adoção de ensino híbrido, as questões sanitárias também foram levantadas, tendo em vista a precarização da infraestrutura de escolas públicas e dúvidas quanto à adoção de orientações de medidas higiênicas para prevenção do contágio.

Atualmente, o que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição é a supracitada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou Lei nº 9.394/1996. Sua origem temática remonta à constituição de 1934, previsto no artigo 152:

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.<sup>4</sup>

Após anos de mudanças no documento, foi com o fim do período ditatorial e início da redemocratização que a LDB começou a ganhar os moldes mais atuais, sendo finalmente assinada em 20 de dezembro de 1996. Dentre o previsto pela lei, a obrigatoriedade do Estado em todas as suas instâncias em garantir o acesso e continuidade da educação é um dos pontos mais importantes, sendo o Governo responsável por monitorar a qualidade e o cumprimento dos pontos assegurados pela lei. Nos Estados, a responsabilidade é sobre instituições estaduais de Ensino Superior, pelo Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Tendo em mente o compromisso do Estado com a manutenção da educação e o cenário recente de pandemia que impactou a sociedade em seus vários âmbitos, o presente trabalho tem como problema de pesquisa as seguintes questões: quais foram as estratégias de políticas públicas destinadas à Educação Básica em Pernambuco planejadas e implementadas para enfrentar os efeitos da pandemia do Covid-19? Em que medida e que forma essas estratégias serviram para atenuar os efeitos da pandemia do Covid-19 na Educação Básica, no que se refere às taxas de rendimento escolar?

Seguindo os estudos de análise de Políticas Públicas, o problema de pesquisa levantado surge através da leitura acerca do processo de formação de agendas na formulação de políticas públicas. Para Rochert e Cobb (1994 *apud*

---

<sup>4</sup> Constituição Federal de 1934.

Capella, 2018) “a definição do problema [que vai dar início a uma política pública]<sup>5</sup> tem a ver com o que escolhemos identificar como problema público e como pensamos e falamos sobre essas preocupações” (CAPELLA, 2018, p. 19). Para os autores, existem muitos elementos que podem ser utilizados na definição de um problema, e o que ganha destaque no presente trabalho se refere ao elemento de “crise”, definida como “forma de descrever uma situação como especialmente grave e que demanda atenção e ação corretiva” (CAPELLA, 2018, p. 23), o que se aplica ao contexto de pandemia vivenciado nos últimos anos.

Para tanto, compreende-se que o objetivo geral do trabalho é identificar e avaliar os efeitos das ações propostas pelo Estado de Pernambuco e Secretaria de Educação do Estado para lidar com a pandemia no âmbito educacional.

Os objetivos específicos se dividem em quatro:

a) Analisar indicadores educacionais das escolas em Pernambuco nos anos anteriores e durante a pandemia do Covid-19;

b) Apurar as ações adotadas pelas escolas pernambucanas referentes às estratégias de ensino durante o período de pandemia.

c) Identificar e avaliar as ações voltadas à educação desenvolvidas pelo Governo e Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

d) Analisar os efeitos da pandemia do Covid-19 na Educação Básica (Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio), em Pernambuco.

Compreendendo a complexidade do tema, a fim de alcançar os objetivos descritos, foram utilizadas técnicas quantitativas e qualitativas de análise de dados. Segundo Gatti (2004),

[...] os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos (GATTI, 2004. p. 12).

Desta maneira, os seguintes procedimentos foram adotados: a) levantamento e análise bibliográfica e documental; b) análise de dados secundários extraídos do banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); c) análise de decretos extraídos do site da Assembleia Legislativa de

---

<sup>5</sup> Nota da autora.

Pernambuco (ALEPE); d) levantamento das políticas desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

No levantamento bibliográfico, foram selecionados artigos, dissertações, teses, notas técnicas, relatórios e estudos de caso buscando-se contextualizar a temática, construir referencial teórico e conceber explicações complementares pertinentes a questões que surjam ao longo da análise.

Os dados quantitativos foram extraídos no portal do Inep, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável por gerir e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais. As bases de dados abertas utilizadas são os Sinopses Estatísticas e Indicadores Educacionais. No primeiro, foram analisados o número de matrículas nas escolas dos Ensinos Fundamental e Médio, e no segundo foram avaliados os números da taxa de rendimento escolar dos estudantes, que compreende: 1) taxa de reprovação; b) taxa de aprovação; c) taxa de abandono. Além disso, foram utilizados os dados da “Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19”, também realizada pelo Inep. Os dados se dividem em dois blocos de perguntas referentes à: I) Calendário Escolar e Estratégias de Ensino adotadas pela escola; II) Estratégia de realização das atividades escolares no ano letivo.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além deste capítulo introdutório e do capítulo de considerações finais.

O segundo capítulo apresenta uma contextualização do tema com revisão da literatura acerca da temática de políticas públicas educacionais e definição do quadro teórico.

No terceiro capítulo é elaborada uma análise das ações realizadas pelo Governo do Estado para lidar com a pandemia no âmbito educacional. Para isso, foi realizado um levantamento dos decretos do Governo do Estado de Pernambuco através do site da ALEPE e da Secretaria de Educação do Estado durante o período da pandemia, entre março de 2020 a abril de 2023. Pretende-se, desta maneira, avaliar se houveram instrumentos normativos e/ou orientações propostos para o funcionamento das escolas durante a pandemia, compreendendo o que foi definido por lei e que subsídios foram disponibilizados para o cumprimento dessas diretrizes.

O quarto capítulo trata da análise dos dados da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, realizada a partir de 2021 pelo Inep. A pesquisa, realizada como forma de apurar as ações adotadas pelas escolas

brasileiras diante da necessidade de medidas de enfrentamento à disseminação do coronavírus, conta com um questionário complementar ao questionário do Censo Escolar, abordando temas como o período de suspensão de aulas, adoção do ensino híbrido e fornecimento de subsídio para acesso às aulas remotas. Foram analisadas variáveis que possibilitassem descrever quais as formas de ensino adotadas nas escolas, período das aulas e estratégias utilizadas, durante os anos de 2020 e 2021.

No quinto capítulo pretendeu-se, através de um estudo de tendência, analisar quais os efeitos da pandemia do Covid-19 na Educação Básica, compreendendo as etapas do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, em Pernambuco. Para isso, foi realizada uma análise que compara o número de matrículas e os indicadores educacionais das taxas de rendimento em escolas das redes estaduais, municipais e privadas no Estado, num período que compreende os três anos anteriores à pandemia (2017-2019) e os três anos que decorreram em seguida (2020-2022). A análise foi feita através dos dados do Censo Escolar levantados pelo Inep, pesquisa realizada anualmente como forma de acompanhar o status da educação brasileira. Pretendeu-se com isso avaliar quais foram os efeitos mais imediatos da pandemia na educação.

Por fim, no último capítulo com as considerações finais, foi apresentado uma síntese acerca dos principais resultados encontrados na pesquisa.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A introdução das Políticas Públicas enquanto área de conhecimento nasceu nos Estados Unidos bebendo das tradições europeias de análise de governo. Se na Europa a disciplina surge de teorias sobre o papel do Estado e do Governo, nos Estados Unidos ela é enfatizada como ferramenta de análise das ações dos Governos, principalmente durante a guerra fria. Nesse contexto, se pensava como os conflitos sociais poderiam ser resolvidos racionalmente através da análise de ganhos e perdas das partes discordantes, priorizando o modelo de bem-estar social, numa época em que o PIB era o principal norteador de políticas de governo e indicador de desenvolvimento nacional (SOUZA, 2006).

Esta ideia de promoção do Estado de Bem-Estar Social, segundo Kerstenetzky (2012), foi fortalecida principalmente no período pós-guerra no intuito de construir riquezas, desenvolver indústrias, recuperar o atraso econômico e focar no investimento em urbanização e infraestrutura, seguindo um modelo com enfoque apenas na economia como sinônimo de segurança e promoção de bem estar social. Mais tarde, esse modelo provou-se ser um equívoco uma vez que a industrialização acelerada não levou à produção de renda distribuída ou igualitária. Era necessária uma interação positiva entre políticas econômicas e políticas sociais.

A área de estudos das Políticas Públicas tem como fundadores quatro nomes principais: Harold Lasswell (1936); Herbert Simon (1957); Charles Lindblom (1959) e David Easton (1965). Enquanto os dois primeiros tinham como foco conciliar o conhecimento científico com a produção empírica dos governos e a criação de regras e incentivos para maximizar a racionalidade na tomada de decisões, Lindblom e Easton começam a entender as Políticas Públicas como um sistema com etapas definidas que contam com a participação de outras instituições além dos governos, considerando o papel das eleições, dos grupos de interesse, partidos políticos e da própria mídia (SOUZA, 2006).

No Brasil, durante o século 20, o acesso e difusão de direitos sociais foi se desenvolvendo a passos lentos, concentrando-se na legislação do trabalho e seguridade social. Kerstenetzky (2012) afirma que é possível reconhecer três ondas de inovação institucional, sendo a primeira descrita anteriormente (entre 1930 e 1964); a segunda entre 1965 e 1984, com certa ampliação dos direitos trabalhistas e de seguridade social; e por fim, a terceira, no período pós ditadura em 1988, quando

realmente houveram avanços no campo da assistência social, com criação do Sistema Único de Saúde (SUS), política de valorização do salário mínimo, universalização da educação fundamental e média (KERSTENETZKY, 2012). Dito de outra forma, é a partir do período de redemocratização que se passa a discutir as políticas sociais como forma de inserção da população no debate público e no status de cidadãos, reconhecendo os problemas estruturais que afetam de formas diferentes os diferentes grupos sociais que compõem a nossa população, e mais do que isso, reconhecendo o Estado como responsável por elaborar e executar ações que cobrissem essas deficiências e problemas caros à nossa sociedade, como trabalho, acesso à saúde e à educação.

Na obra “A lei da educação: LDB - trajetórias, limites e perspectivas”, Dermeval Saviani (2019) analisa como ao longo da história humana e dos demais modos de produção, a educação passou por mudanças, tanto na sua forma quanto no seu papel dentro da sociedade; para o autor, na sociedade burguesa, onde a indústria rege as relações sociais, a educação escolarizada passa a ser generalizada como forma de acesso aos direitos, antes naturais, agora positivos, de caráter convencional, formalizado, sistemático e exposto de maneira escrita.

Em razão do exposto, para ser cidadão, isto é, para participar ativamente da vida da cidade, do mesmo modo que para ser trabalhador produtivo, é necessário o ingresso na cultura letrada. (...) É, portanto, no âmbito da sociedade moderna que a educação se converte, de forma generalizada, numa questão de interesse público, a ser, portanto, implementada pelos órgãos públicos, isto é, pelo Estado, o qual é instado a provê-la através da abertura e manutenção de escolas (SAVIANI, 2019, p. 51-52).

Efetivamente, no Brasil, foi somente após a revolução de 1930 que os problemas sociais foram encarados como resultado de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, a própria questão da instrução pública popular. É neste ano, inclusive, que a educação é reconhecida institucionalmente como uma questão nacional a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde, no entanto, levaram anos até que chegássemos a definir padrões de educação e atribuir as devidas responsabilidades ao governo sobre eles. Estes padrões passaram por diversas mudanças ao longo de décadas até se tornarem o que temos hoje definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ou Lei nº 9.394/1996.

Embora seja um direito assegurado pela nossa constituição e com padrões estabelecidos desde 1996 através da LDB, a educação brasileira ainda está longe

de realizar-se plenamente como parte do desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária e colaborativa. Em atuação desde 1987, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), organização da sociedade civil sem fins lucrativos, vem realizando um trabalho de estudos e ações voltadas à melhoria da educação pública. Utilizando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Censo Escolar, o Cenpec desenvolveu um Painel de Desigualdades Educacionais<sup>6</sup> pensando nas principais dificuldades encontradas na educação básica do ensino público.

Dentre os principais problemas apontados pelo Cenpec, as desigualdades educacionais, fruto de desigualdades sociais que atingem principalmente demarcadores de classe, raça, gênero e região geográfica, se refletem na ainda incompleta falta de acesso ao ensino, altos números de reprovação, distorção na idade-série dos estudantes e abandono escolar. Mas essa é somente a ponta do iceberg.

Com a chegada da Covid-19 ao Brasil, a declaração da ordem de isolamento social e, por fim, a suspensão das aulas em todo o Estado, diversas preocupações foram levantadas acerca de que medidas tomar a fim de não prejudicar o desenrolar do ano letivo e ainda assim garantir a saúde e o bem-estar dos estudantes. Estudos sobre políticas educacionais apontam como a escola, em especial a escola pública, é a principal fonte de acesso de estudantes a serviços e conhecimentos que muitas vezes não podem ser acessados por estudantes em contexto extraescolar, como Cordeiro (2022), que afirma “que a escola não somente ajuda a garantir educação, mas também facilita o acesso a outros direitos sociais, como à saúde e à alimentação” (GADELHA et al. apud CORDEIRO, 2022). Ou seja, o que estava em jogo não é somente a falta de acesso a recursos materiais, mas o acesso às informações práticas que, considerando a crise sanitária gerada pela Covid, eram imprescindíveis para contenção da disseminação do vírus.

Como alternativa às aulas presenciais, no intuito de evitar o atraso do ano letivo e prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, a proposta de “Ensino Remoto” foi levantada. Saviani (2020) diferencia o Ensino Remoto da modalidade de Educação à Distância (EAD), visto que esse modelo já possui existência regulamentada coexistindo com a educação presencial, sendo admitido apenas

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://desigualdadeseducacionais.cenpec.org.br/>, acesso em 04 de maio de 2023.

como um caso de exceção. Para que funcione como um substituto do ensino presencial, Saviani aponta que certas condições precisam ser cumpridas, tais como acesso de todos os estudantes e docentes ao ambiente virtual de aula, com acesso inclusive à internet em suas casas, além da necessidade de adequação dos estudantes a condições mínimas para aproveitamento do ensino remoto, sendo todos alfabetizados em sentido estrito e funcional e familiarizados com dispositivos digitais. (SAVIANI, 2020).

As diferenças de condições de infraestrutura nas escolas e das casas dos estudantes, de acesso a recursos pedagógicos, de engajamento das famílias nas atividades escolares, a falta de uma estratégia nacional sistêmica para apoiar estados e municípios, e a importância fundamental de docentes no ensino e de aprendizagem, todos são fatores que pesaram ainda mais com a pandemia e escancararam nossos déficits educacionais e a necessidade de políticas públicas que deem conta de alcançar e amenizar todas essas dificuldades, principalmente em momentos de crise como os da pandemia do Covid. É tendo em vista essas preocupações que este trabalho se debruça sobre a temática educacional, mais especificamente, como o Estado de Pernambuco teve seus indicadores educacionais afetados pela Pandemia da Covid-19 e como o Governo se propôs a agir diante disso.

## 2.1 QUADRO TEÓRICO

Compreendida a relevância das políticas públicas no papel de atender necessidades sociais específicas, como a educação, é importante delimitar o conceito a ser utilizado diante da análise proposta. No presente trabalho, o conceito adotado será o de “Estado em Ação” (JOBERT; MULLER, 1987 apud MADEIRA, 2014); ou seja, “as configurações de ações e decisões dinâmicas, orientadas para finalidades e com fundamento na autoridade legítima do poder público” (MADEIRA, 2014, p. 196). Este conceito é fundamental para delimitar a forma como serão abordados os tipos de ações e orientações tomadas a nível Estadual em Pernambuco pelas entidades competentes, portanto, Governo do Estado e Secretaria de Educação, para lidar com as demandas no setor educacional durante a pandemia do Covid-19.

Além disso, é importante definir os princípios básicos e a importância de tais avaliações. Sobre isso, Xun Wu et Al (2014) coloca que

A avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação examina tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados por uma política pública na prática (p.118).

Esse tipo de avaliação é de suma importância para sintetizar o que se sabe sobre o problema abordado, como ele é compreendido, suas soluções propostas, e descobrir informações sobre sua eficácia na prática, o que permite uma reavaliação das propostas iniciais.

Os princípios de avaliação de uma política pública vão variar por diversos fatores, desde os atores envolvidos na ação, até a quantidade de informação que se tem a respeito. Xun Wu et al (2014) definem, em nível mais amplo, que há basicamente três modelos de avaliação: 1) Avaliações Políticas; 2) Avaliações Jurídicas; 3) Avaliações Administrativas. As Avaliações Políticas estão relacionadas a percepções da opinião pública, realizadas de maneiras muitas vezes informais por não se apoiarem em métodos ou meios sistemáticos de avaliação de dados. Por fim, as avaliações jurídicas estão relacionadas aos aspectos legais de decisão judicial que podem afetar atividades administrativas e políticas. (WU et al, 2014).

O que nos interessa neste trabalho em termos analíticos são as do terceiro tipo, que “combinam diferentes tipos de atividades de monitoramento e avaliação de impacto por parte dos gestores públicos” (WU et al, 2014, p. 122). Este modelo nos proporciona analisar por meios sistemáticos como as ações são pensadas e qual a sua aplicação na prática. Dentro do modelo de Avaliações Administrativas existem cinco tipos principais de avaliação: a) *Avaliações de Esforços* são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa; b) *Avaliações de Eficiência* tentam avaliar os custos de um programa; c) *Avaliação de Desempenho* examinam os produtos do programa; d) *Avaliações de Processo* examinam métodos organizacionais; e) *Avaliações de Adequação de Desempenho* (ou *Avaliações de Eficácia*) comparam o desempenho de um determinado programa aos seus objetivos propostos a fim de avaliar as metas alcançadas (WU et al, 2014).

Dada a natureza dos dados utilizados para a análise proposta e suas limitações, apenas os critérios das avaliações de Desempenho e de Processos

serão utilizados. As avaliações de Desempenho “examinam os produtos do programa [...]. Seu principal objetivo é simplesmente determinar o que a política pública está produzindo, muitas vezes independente dos objetivos estabelecidos.” (WU et al, 2014, p. 122). As Avaliações de Processo “examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, utilizadas para executar programas.” (WU et al, 2014, p. 122). Essas duas bases serão utilizadas aqui, pois o que nos interessa neste trabalho é avaliar como as ações foram formuladas e que resultados imediatos elas produziram e podem ser visualizados através dos indicadores educacionais trabalhados.

Junto à análise dos números dos indicadores sociais da educação, esses dois modelos serão utilizados para que possamos avaliar quais foram as medidas tomadas pelo Governo Estadual e a Secretaria de Educação de Pernambuco, que temas foram relevantes, como foram organizadas e determinadas essas ações e que efeitos elas produziram a curto prazo no que concerne os indicadores educacionais do Estado.

## 2.2 PESQUISAS NORTEADORAS

É preciso referenciar também estudos que contribuíram com as análises e reflexões presentes neste trabalho. Em primeiro lugar, cito o trabalho de conclusão de curso realizado por Ana Carolina Silva Cordeiro (2022), intitulado *Ensino médio na pandemia do Covid-19 em uma escola de referência em Recife/PE: que educação foi construída?* O trabalho se trata de um estudo de caso que teve como objetivo analisar os processos educativos desenvolvidos durante o período de pandemia, em 2020 e 2021, em uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) localizada na capital do estado de Pernambuco, Recife. O trabalho partiu da narrativa dos docentes e discentes e se concentrou em captar as estratégias de ensino adotadas, os desafios enfrentados, as impressões de professores e estudantes, utilizando metodologias qualitativas de captação e análise de dados, através de entrevistas, questionários e registros etnográficos.

Outro estudo de caso fundamental se trata do trabalho de conclusão de curso de *Políticas Públicas Educacionais e a Pandemia do Covid-19: O caso da Educação Campesina do Município de São Caetano-PE*, realizado por Jadson Wérverton da Silva (2021). O estudo buscou analisar as políticas públicas educacionais

desenvolvidas com direcionamento específico para a educação no campo durante a pandemia no município de São Caetano, em Pernambuco. O trabalho utilizou questionários aplicados com professores em cinco escolas campesinas com o objetivo de analisar a percepção desses profissionais acerca das ações da Secretaria de Educação do município em questão.

Outra grande contribuição é o texto *COVID-19 e educação pública no Brasil: efeitos e opções políticas em contexto de vulnerabilidade social*, de Scaff et al (2021), trabalho este dedicado a analisar as convergências entre orientações produzidas por órgãos internacionais e governo brasileiro no que versa o enfrentamento da Covid-19 no país. O estudo destaca a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para educação tendo em vista as problemáticas sociais agravadas no período de pandemia e que afetam, sobretudo, estudantes inseridos em contextos de vulnerabilidade social. Como resultado, os autores chegaram à conclusão de que houve, à nível federal, ausência de ações coordenadas e intersetoriais, deixando de lado o debate acerca da vulnerabilidade social e delegando a responsabilidade de adaptação ao modelo de aula remoto à agentes individuais, como gestores e professores.

Por fim, trago o estudo de Caroline Nascimento Pereira e Cesar Nunes Castro (2021), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado *Educação no Meio Rural: Diferenciais entre o Rural e o Urbano*. O trabalho se trata de uma retomada histórica sobre a criação e desenvolvimento de políticas educacionais no meio rural. Utilizando dados do Censo Escolar, Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, buscou-se contextualizar a educação no meio rural, trazendo um panorama atual desta em comparação com a educação no meio urbano.

Esses trabalhos foram fundamentais para contextualizar o debate acerca da educação durante o período da pandemia e sobre a criação de políticas educacionais, além de contribuir para construir o referencial de análise dos dados educacionais levantados na presente pesquisa e fornecer possíveis explicações para as informações encontradas, numa tentativa de superar os limites que a pesquisa quantitativa apresenta e enriquecer a compreensão dos fatos abordados.

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO DURANTE A COVID-19

Quando pensamos em políticas públicas, pensamos em problemas de natureza social e na busca pela solução desses problemas. Como vimos anteriormente, as políticas públicas passam por processos de decisão que envolvem muitos grupos sociais e políticos diferenciados, situados em momentos históricos distintos e que afetam a sua percepção. O que vivenciamos em 2019 com a chegada da pandemia é resumido muitas vezes como uma “crise sanitária”, por se tratar de fenômeno que impactou fortemente a saúde e padrões de higiene e prevenção de doenças, não só no Brasil, mas em todo mundo. Entretanto, ela foi mais que isso: foi uma crise que escancarou a vulnerabilidade social da nossa população e nossas desigualdades sociais.

Como argumentam Nalú Farenzena e Maria Beatriz Luce, “As desigualdades na escolaridade e nas condições de escolarização da população brasileira são uma das faces da desigualdade social” (MADEIRA, 2014, p. 201). Farenzena e Luce ainda argumentam que marcadores sociais também são importantes fatores na desigualdade e completam:

[...] há segmentos da população cujos índices de escolaridade ou escolarização são piores: aqueles que vivem em famílias com renda per capita mais baixa; os pretos e pardos; os mais velhos; aqueles que vivem no meio rural; e aqueles que vivem nas regiões norte e nordeste no Brasil (CORBUCCI et al, 2009, apud MADEIRA, 2014).

Pernambuco é um estado pertencente à região Nordeste e conta, de acordo com os números do último Censo Demográfico (2022), com 9.058.155 habitantes distribuídos em 184 municípios mais o distrito da ilha de Fernando de Noronha<sup>7</sup>. Desde 2016, o Estado era governado por Paulo Câmara, cujo mandato teve fim em 2023, tendo o governador chefiado durante o breve período anterior à pandemia da Covid-19 e ao longo da sua duração. Para auxiliar o governo, seja a nível federal, estadual ou municipal, são criadas secretarias que tem como objetivo planejar, organizar, coordenar e executar as ações políticas de acordo com o setor de sua responsabilidade. A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE), que em 2019 era presidida por Fred Amancio, por exemplo, tem como missão

---

<sup>7</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>.

garantir o acesso da população ao ensino no nível básico e nível técnico; manter a rede pública de ensino; promover ações articuladas com a rede pública municipal de ensino; supervisionar instituições públicas e privadas de ensino do Sistema Estadual de Educação; desenvolver programas permanentes de melhoria da qualidade de ensino e da capacitação do quadro da educação; formular e executar políticas de esportes; promover ações e atividades de incentivo à cultura e aos esportes em todas as suas manifestações e formas. Promover ações para viabilizar o apoio técnico e financeiro para melhoria da educação de Pernambuco.<sup>8</sup>

Tendo em vista as atribuições do Governo do Estado e da SEE-PE, seu compromisso com a Educação Básica e a gravidade do momento analisado e como ele potencialmente afetou o cenário educacional no Estado, é de suma importância entender quais foram as medidas tomadas para lidar com os efeitos da Covid. Baseado no levantamento de documentos norteadores oficiais e institucionais e de informações resultado de pesquisas acadêmicas sobre a criação de políticas públicas voltadas à educação durante a pandemia do Covid-19, foram identificados e analisados ao menos quatro arranjos de ordem Estadual, dentre eles: a) Decretos e Leis ordinárias com ações normativas de orientação à Educação no contexto da pandemia; b) Criação do Portal Educa-PE e do Programa Conecta aí; c) Criação do Programa Monitoria PE; d) Adoção do Programa de Alimentação Escolar e Ação Governamental de Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino. Cada um desses temas será descrito e analisado nos tópicos a seguir.

### 3.1 AÇÕES NORMATIVAS DE ORIENTAÇÃO À EDUCAÇÃO

Ao longo da pandemia, foram publicados decretos e leis orientando a população e estabelecimentos sobre as medidas a serem adotadas durante o enfrentamento da crise sanitária em todo o país. É importante ressaltar que o Governo Federal foi alvo de diversas críticas devido a demora ou mesmo leviandade com que enfrentou a chegada da Covid no Brasil, no entanto, isso não impediu que outras instâncias do governo ou outros atores sociais, como o Ministério da Saúde, a Mídia televisiva, pesquisadores com notoriedade e reconhecimento, não se empenhassem em divulgar informações pertinentes a respeito da natureza do vírus, sua forma de disseminação, contágio e sintomas da doença e orientações básicas

---

<sup>8</sup> Fonte: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Esportes. 2023. Disponível em: <https://www.pe.gov.br/secretarias?view=secretaria&id=18>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

de prevenção. Com base em orientações gerais, coube a cada estado brasileiro lidar de maneira autônoma com a publicação de decretos conforme as necessidades atravessadas em seus territórios com relação ao vírus.

O que nos interessa é captar e analisar quais foram as medidas tomadas pelo Governo do estado de Pernambuco de enfrentamento da Covid-19, principalmente no que se refere ao âmbito educacional. Para isso, foi feito um levantamento dos decretos e leis ordinárias propostas em Pernambuco através dos sites da Procuradoria Geral do Estado (PGE)<sup>9</sup>, da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e da SEE-PE. O quadro abaixo faz uma síntese dos principais decretos referentes à educação no estado entre março de 2020 e novembro de 2021:

**Quadro 1. Descrição de medidas normativas durante a pandemia da Covid-19 em relação a educação em Pernambuco**

Decreto/Lei	Publicado	Resumo
Decreto N° 48.810	14 de março de 2020	Art. 6º-A. Fica determinada, a partir do dia 18 de março de 2020, a suspensão do funcionamento das escolas, universidades e demais estabelecimentos de ensino, público ou privados, em todo o Estado de Pernambuco. (AC)
Decreto N° 48.938	09 de abril de 2020	Art. 1º Fica concedido aos estudantes da rede pública estadual de ensino, inseridos em unidades familiares cadastradas e beneficiárias do Cadastro Único do Governo Federal, auxílio financeiro em cartão magnético que possibilite a aquisição de alimentos em estabelecimentos comerciais. Art. 3º O valor do crédito disponibilizado será de R\$50,00 (cinquenta reais).
Decreto N° 49.017	12 de maio de 2020	Art. 1º Este Decreto dispõe sobre intensificação de medidas restritivas, de modo excepcional e temporário, voltadas à contenção da disseminação da COVID 19. Delibera o uso de máscaras, controle de veículos, e funcionamento de serviços.
Decreto N° 49.055	31 de maio de 2020	Art. 1º Este Decreto sistematiza as regras relativas às medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, a partir de 1º de junho de 2020, após as restrições impostas pelo Decreto nº 49.017, de 11 de maio de 2020, que vigoraram até 31 de maio de 2020.
Decreto N° 49.523	06 de outubro de 2020	Altera o decreto N° 49.055. Art. 18. Fica mantida a suspensão das aulas presenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, nas escolas e demais instituições de educação básica, públicas ou privadas, em todo o Estado de Pernambuco, até 19 de outubro de 2020.

<sup>9</sup> A PGE desenvolveu um site onde reuniu os decretos e PLs referentes à covid no estado, no período de 13 de março de 2020 a 20 de abril de 2022. Foram selecionados apenas os decretos cuja temática se relacionavam à educação no estado ou afetam o funcionamento de estabelecimentos educacionais. O site pode ser acessado através do endereço [http://www.pge.pe.gov.br/PGEPE\\_LegislacaoEstadualCovid19.aspx](http://www.pge.pe.gov.br/PGEPE_LegislacaoEstadualCovid19.aspx)

Decreto N° 49.668	31 de outubro de 2020	Altera o decreto N° 49.055. Art.18. Fica mantida a suspensão das aulas presenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, nas escolas e demais instituições de educação básica, públicas ou privadas, em todo o Estado de Pernambuco, até 09 de novembro de 2020. (NR) § 12° A partir de 10 de novembro de 2020, fica permitida a retomada do Ensino Fundamental pelas escolas e demais instituições das redes privadas de educação básica, observados os protocolos sanitários, os cronogramas de retorno às atividades, bem como as demais determinações contidas em Portaria da Secretaria de Educação e Esportes. (AC) § 13° A partir de 24 de novembro de 2020, fica permitida a retomada da Educação Infantil pelas escolas e demais instituições das redes privadas de educação básica, observados os protocolos sanitários, os cronogramas de retorno às atividades, bem como as demais determinações contidas em Portaria da Secretaria de Educação e Esportes (AC)
Decreto N° 50.187	04 de fevereiro de 2021	“Art. 18-A. A partir de 1° de março de 2021, fica permitida a retomada das atividades pedagógicas, de forma presencial, do Ensino Fundamental e da Educação Infantil das instituições de ensino públicas, situadas no Estado de Pernambuco, observados os protocolos sanitários, os cronogramas de retorno às atividades, bem como as demais determinações contidas em Portaria da Secretaria de Educação e Esportes. (AC). Parágrafo único. Incluem-se, na autorização prevista no caput, as aulas e atividades da Educação de Jovens e Adultos.” (AC)
Decreto N° 50.873	17 de junho de 2021	Regulamenta a Lei nº 17.322, de 15 de junho de 2021, que autoriza a ação governamental de “Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino”. Art. 1° Fica autorizada a ação governamental de “Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino”, com o objetivo de prover os profissionais de educação de meios necessários para o planejamento e a realização das atividades pedagógicas não presenciais, vinculadas aos conteúdos curriculares, de modo a permitir a integralização da carga horária mínima dos anos letivos afetados pela pandemia do novo coronavírus. Parágrafo único. A ação governamental de que trata esta Lei deverá, ainda, apoiar as ações relacionadas ao ensino remoto e a gestão escolar, bem como favorecer a inclusão tecnológica dos profissionais da educação e o uso da tecnologia como aliada no processo de ensino e aprendizagem, presencial ou remoto.
Decreto N° 51.790	16 de novembro de 2021	art.2° revoga os demais decretos relativos a isolamento social e permite a volta de atividades presenciais nos demais estabelecimentos, inclusive os de ensino.
Projeto de Lei (PL) nº2663/2021	28 de setembro de 2021	Art. 1° O Programa Monitoria PE, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, tem como objetivos: I - Combater a evasão escolar, resgatando estudantes afastados da rede estadual de ensino com o auxílio de monitores de busca ativa; e II - Potencializar o desempenho escolar dos estudantes, por meio de ações de fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, com o auxílio de monitores de aprendizagem.
Lei Ordinária nº 17.468/2021	04 de novembro de 2021	Art. 1° Esta Lei estabelece regras sobre acessibilidade nas aulas remotas das escolas públicas e privadas no âmbito do Estado de Pernambuco. Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se aulas remotas aquelas que envolvem o uso de tecnologias e ambientes

		virtuais de ensino e aprendizagem. Art. 2º As escolas que utilizam aulas remotas deverão assegurar aos estudantes com deficiência auditiva e visual a efetivação do direito à educação.
--	--	---

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Elaboração Própria.<sup>10</sup>

Ao todo, foram identificados onze decretos e projetos de lei que se referem de alguma forma ao setor educacional. Observando o resumo, é possível identificar três temáticas: 1) Orientações quanto a prazos de fechamento e abertura de estabelecimento, incluindo os de educação (em todas as etapas); 2) Orientações sanitárias com requisitos mínimos a serem adotados para evitar a disseminação do vírus; 3) Criação de programas voltadas a manutenção das atividades escolares e apoio a estudantes e professores da rede estadual.

Em síntese, a primeira temática nos fornece uma linha do tempo que ilustra a maneira como as instituições de ensino foram orientadas a funcionar:

- 1) Em 2020, as aulas foram remotas e, ao final do ano, começou a ser gradualmente implementado o ensino de maneira presencial, seguindo os protocolos de segurança e higiene;
- 2) Em 2021, as aulas foram retomadas de maneira híbrida, com rodízio de estudantes e aulas sendo ofertadas online.
- 3) A partir de 16 de novembro de 2021, todas as instituições de ensino foram autorizadas a adotar aulas presenciais.

A segunda temática remete ao Protocolo Setorial de Educação emitido pelo Governo do Estado de Pernambuco e pela SEE-PE. A síntese do documento explicita em sua introdução que:

Os Estabelecimentos de Ensino devem seguir o presente protocolo sanitário, respeitando as orientações para preservação do distanciamento social entre as pessoas, além da adoção das medidas de proteção/prevenção e de efetivo monitoramento das ações e comunicação. As instituições de ensino das redes públicas e privada poderão estabelecer protocolos com medidas complementares, desde que observadas as disposições deste protocolo.<sup>11</sup>

As medidas obrigatórias envolviam o distanciamento físico de 1,5m entre

<sup>10</sup> Fonte: Procuradoria Geral do Estado. Legislação Estadual do Covid. Disponível em: [http://www.pge.pe.gov.br/PGEPE\\_LegislacaoEstadualCovid19.aspx](http://www.pge.pe.gov.br/PGEPE_LegislacaoEstadualCovid19.aspx)

<sup>11</sup> Fonte: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Protocolo-Setorial-Educac%CC%A7%C3%A3o.pdf>

estudantes, professores e funcionários, diminuição no número de estudantes por turma com base nessa distância, evitar contatos físicos diretos e incentivar a realização de atividades em locais abertos, respeitando a distância inicialmente imposta. Além disso, adotar medidas de proteção/prevenção como adoção de hábitos de higienização das mãos, superfícies de contato (cadeiras, bancos, mesas, tapetes, materiais de trabalho), uso obrigatório de equipamentos de proteção individual (EPI), como máscara e a checagem da temperatura de todos os indivíduos em circulação no estabelecimento. Por fim, treinar estudantes, trabalhadores e colaboradores em educação sobre as medidas sanitárias, formas de proteção contra o vírus e orientações no caso de suspeitas de contração da doença.

A última temática apresenta a criação de programas direcionados à manutenção das atividades escolares e suporte a estudantes e professores, contendo objetivos e orientações específicas para tentar lidar com os prováveis efeitos do período de suspensão de aulas, adoção do ensino remoto e retorno gradual ao ensino presencial. Sobre elas, iremos aprofundar nos tópicos seguintes partindo da metodologia de Avaliação de Processos para Políticas Públicas. Como visto na introdução, as Avaliações de Processos “examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, utilizadas para executar programas.” (WU et al, 2014, p. 122).

### 3.2 PORTAL EDUCA-PE E PROGRAMA CONECTA AÍ

Em abril de 2020, a SEE-PE começou a impor ações sobre atividades escolares tendo em vista o decreto de manutenção das aulas online. Como forma de ampliar o acesso à conteúdos didáticos e burlar o isolamento social, foi disponibilizado o Portal Educa-PE<sup>12</sup>, em que era possível que estudantes de escolas públicas tivessem acesso a atividades ou aulas gravadas. Em agosto do mesmo ano, as atividades síncronas foram realizadas contando com o Conecta AÍ<sup>13</sup>, um programa de patrocínio de dados de internet para estudantes da rede pública estadual terem acesso tanto ao material disponível na Plataforma Educa-PE, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no Google Classroom.

---

<sup>12</sup> Fonte: <https://educape.educacao.pe.gov.br/> Acesso em: 20 de agosto de 2023.

<sup>13</sup> Fonte: <https://educape.educacao.pe.gov.br/conectaai/>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

O site do Educa-PE, que até o momento está no ar, conta com conteúdo e calendário de aulas voltados para o Ensino Fundamental (Anos Finais) e o Ensino Médio. Segundo informações do portal, as aulas além de serem transmitidas ao vivo pelo *YouTube* ([www.youtube.com.br/educape](http://www.youtube.com.br/educape)), *Facebook* ([www.facebook.com/educapeoficial](http://www.facebook.com/educapeoficial)) e nas TVs Pernambuco, Alepe, Nova Nordeste e Universitária, ficam gravadas no *YouTube*, podendo ser acessadas através de computadores, tablets e celulares. Além das aulas online, o Portal Educa-PE conta com o AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde além de disponibilizar conteúdos didáticos, os professores da rede de ensino pública postam atividades para os alunos. Para ter acesso a esse ambiente, é necessário ser professor ou estudante da rede pública estadual e utilizar o seu cadastro do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (Siepe).

O Portal possui duas abas com materiais de apoio e atividades não presenciais. Na aba para estudantes, é possível acessar conteúdo educativo de todas as etapas de ensino regular disponíveis - mesmo não sendo um estudante regularmente matriculado. Na aba para professores, deveria ser possível encontrar conteúdos que proporcionassem uma espécie de “formação continuada”, no entanto, dentre as opções disponíveis, somente as de “Ferramentas Pedagógicas” e “podcasts” estavam disponíveis.

Analisando os objetivos do *Portal Educa-PE* e do Programa *Acessa aí*, que eram basicamente o de permitir o acesso a conteúdo didáticos e de avaliação de maneira online, além da sua apresentação, forma de acesso e processos operacionais, o Educa-PE mostrou uma ótima iniciativa ao pensar na distribuição desse conteúdo em outras plataformas midiáticas, como canais de televisão, além de pensar na possibilidade de deixar o conteúdo disponível para acesso fora dos horários de aula, demonstrando conhecimento acerca da necessidade de formas alternativas de executar a atividade de ensino-aprendizagem, além dos meios digitais, que embora sejam cada vez mais utilizados pela população jovem, ainda é uma barreira social a ser superada.

A estratégia de desenvolver o *Acessa aí* como garantia de distribuir pacotes de dados de internet que permitisse o acesso ao Portal demonstra preocupação com esses estudantes sem qualquer forma de acesso à internet, no entanto, além de ser limitado quanto às operadoras de telefonia que disponibilizaram os pacotes de dados (apenas a Oi, Tim e Vivo são as opções disponíveis), ignora que grande parte

dos estudantes não possui equipamento próprio ou de uso individual para acompanhar as aulas e desenvolver as atividades avaliativas, o que envolve problemas relacionados a desigualdades sociais, como é o caso de estudantes com renda mais baixa, ou desigualdades regionais, como estudantes das áreas rurais.

Ana Carolina Silva Cordeiro (2022), em seu estudo de caso acerca do processo pedagógico de uma Escola de Referência em Recife-PE, traz dados da pesquisa *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia*, que teve a participação de 15.654 docentes da rede pública de ensino de todo o Brasil. A pesquisa aponta, segundo os professores respondentes, que 66,2% dos estudantes afirmaram não possuir recursos tecnológicos para acompanhar as aulas remotas (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2021 apud CORDEIRO, 2022). Embora pudessem contar com o acesso à internet, esses estudantes não possuíam equipamentos, como tablet ou celular de uso exclusivo, muitas vezes tendo que dividir com os irmãos ou precisando dos equipamentos dos pais. Além disso, em outro trabalho referenciado por Cordeiro (2022), mostra:

Segundo informações que constam no site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, corroborado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seção Pernambuco – UNDIME-PE, praticamente 1/3 dos municípios do estado não tinham conseguido implementar até junho de 2020 as aulas remotas em sua rede. Para justificar a ação, alegam que aproximadamente 60% dos seus alunos residem em áreas rurais, cujo acesso a rede de dados móveis ou internet banda larga via wi-fi é limitada ou inexistente. Os residentes das áreas urbanas, mas que residem nas periferias e bairros pobres, também relatam dificuldades em acessar as plataformas e assistirem as aulas (ALBUQUERQUE et al, 2022, p. 904).

Além dos problemas relacionados ao acesso à internet, Albuquerque et al (2022) também demonstram os problemas do alcance que as aulas transmitidas via televisão apresentaram:

No caso específico de Pernambuco, houve a utilização da TV da Assembleia Legislativa e TV Universitária, mas a área de alcance de suas torres de transmissão se limita a Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata de Pernambuco, não abrangendo a totalidade do território do Estado. Relatam os técnicos da Secretaria de Educação que a mensuração do alcance destes mecanismos também é um complicador (p. 905).

Além disso, o Portal apresenta alguns problemas no que consta o acesso ao conteúdo completo - incluindo conteúdos avaliativos - por parte de estudantes que não estejam matriculados na rede de ensino estadual, excluindo aqueles alunos que por qualquer motivo tenham evadido da sala de aula ou estejam matriculados em

redes de ensino municipais - que é o caso de escolas em áreas rurais. Ademais, na aba para professores, a parte de conteúdos disponibilizados é bem diminuta e aparenta ser insuficiente na proposta de “formação continuada”, o que de fato é um dos pontos mais importantes no contexto de aulas remotas: a necessidade de entendimento do funcionamento das plataformas utilizadas e a adequação quanto à forma de lecionar em contexto de aulas remotas. Cordeiro (2022) também discute esse aspecto em seu trabalho, afirmando que:

A partir de estudos e pesquisas<sup>14</sup> realizadas, constatou-se que apenas poucos docentes tiveram formação e experiência com o ensino online, esses aprenderam a utilizar as plataformas virtuais de aprendizagem e outros recursos tecnológicos no contexto da pandemia. Isso contribuiu para que se utilizasse esses recursos de forma instrumental, sendo reduzido a um ensino transmissivo, em que os docentes atuaram mais como tutores, ao serem disponibilizados os materiais de forma remota (e em alguns casos, materiais impressos), isso fez com que se diminuísse muito a interação, acompanhamento e feedback dos discentes (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020 apud, CORDEIRO, 2022, p. 12).

Em resumo, apesar dos esforços de suprir as necessidades emergenciais que o ensino remoto trouxe, os programas possuem muitas lacunas que ignoram necessidades de ordem econômica - como acesso a equipamentos digitais -, e pressupõe a conhecimento tecnológico por parte de estudantes e professores no que se refere o uso da Portal Educa-PE e da Plataforma Acessa aí. Tendo isso em vista, é necessário saber se houve adesão das escolas pernambucanas às modalidades de aulas online, de que maneira esse processo foi facilitado e observar se essas iniciativas se refletem de maneira positiva nos indicadores educacionais.

### 3.3 PROGRAMA MONITORIA PE

Como já citado, o Projeto de Lei (PL) nº2663/2021 dispõe sobre o programa Monitoria-PE, foi mais um dos esforços do Governo do Estado de Pernambuco e da SEE-PE para enfrentar a pandemia em âmbito escolar, com aplicação prevista a partir de 1º de outubro de 2021. A Lei prevê, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, dois objetivos: 1) combater a evasão escolar, resgatando

---

<sup>14</sup> O Comitê Gestor da Internet no Brasil fez uma pesquisa e constatou que apenas 22% dos professores brasileiros já participaram de algum curso de formação continuada sobre o uso de computadores e internet nas atividades de ensino. Estes recursos podem tornar a aprendizagem eficaz, porém precisa da competência digital dos professores e do acesso dos alunos (CGI.BR, 2019).

estudantes afastados da rede estadual de ensino com o auxílio de monitores de busca ativa<sup>15</sup>; 2) potencializar o desempenho escolar dos estudantes, por meio de ações de fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, com o auxílio de monitores de aprendizagem (ALEPE, 2021). Os participantes do programa, seja como Monitor da *Busca Ativa*, seja como Monitor de Aprendizagem, receberiam bolsas de R\$800,00 e R\$200,00, respectivamente. Na justificativa da elaboração do projeto, através da mensagem nº N° 78/2021, é previsto:

A monitoria de aprendizagem tem por objetivo fortalecer a formação dos estudantes da rede estadual, com ênfase nos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Os monitores serão escolhidos entre alunos desses anos, que tenham boas notas no componente curricular e disponibilidade de tempo para o apoio pedagógico e acompanhamento dos colegas, sob a supervisão da equipe pedagógica das escolas. A possibilidade de socializar os conhecimentos adquiridos com colegas que apresentam maiores dificuldades em determinados conteúdos em Língua Portuguesa ou em Matemática, além de permitir aos monitores o desenvolvimento de valores e princípios de solidariedade, respeito às diferenças, empatia, tolerância nas relações interpessoais, responsabilidade e sentimento de pertença à comunidade escolar, é também uma forma de buscar a equidade e garantir o direito à aprendizagem, especialmente no atual contexto de pandemia, que tem deixado lacunas no processo educacional. O projeto prevê ainda a monitoria de busca, que propiciará a busca ativa de estudantes, que serão contactados e motivados a retornar ao ambiente escolar. Será verificada a situação em que se encontram e, no caso de impossibilidade do retorno às aulas presenciais, os monitores levarão as atividades até eles. Por demandar maior autonomia, maturidade e tempo, os monitores da busca ativa deverão estar cursando o Ensino Superior, sendo preferencialmente egressos da Rede Estadual, com disponibilidade de tempo e conhecimento das localidades atendidas pela escola a que serão vinculados (ALEPE, 2021<sup>16</sup>).

O principal objetivo deste programa é combater a evasão escolar através do auxílio de estudantes egressos oferecendo reforço aos estudantes que estivessem sentindo dificuldades de acompanhar os novos formatos de aula, além de tentar resgatar aqueles estudantes que abandonaram a escola. Como discutido no tópico anterior, Cordeiro (2022) mostra, através do relato dos professores, como o formato de aulas online dificultou a interação com os estudantes e diminuiu os feedbacks das aulas. Da perspectiva dos estudantes, as dificuldades para acompanhar as aulas eram muitas, e variaram entre questões como impossibilidade de acesso a equipamentos eletrônicos, falta de interesse ou necessidade de abandonar os

---

<sup>15</sup> *Busca Ativa* é uma iniciativa de resgate de alunos que por alguma razão se afastaram da escola.

<sup>16</sup> Texto integral disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=8008&tipoprop=p>. Acesso em: 20 de agosto de 202.

estudos para trabalhar. E sobre a qualidade do ensino, muitos levantaram questões como dificuldade de entender o conteúdo ou mesmo o despreparo dos professores em dar aula nesse formato (CORDEIRO, 2022).

Apesar de bastante necessário, o programa não define claramente de que maneira os alunos monitores receberiam algum tipo de auxílio (além da bolsa ofertada nas duas modalidades de monitoria) em termos de processo didático, nem de que materiais lhe seriam disponibilizados para realizar esta tarefa. É importante saber se houveram escolas que adotaram medidas de reforço aos estudantes e como os indicadores de abandono escolar se manifestaram antes e após a criação do programa.

#### 3.4 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AÇÃO GOVERNAMENTAL DE INCLUSÃO DIGITAL DOS PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Como anteriormente discutido, uma das preocupações com a suspensão das aulas presenciais era sobre estudantes de escolas públicas que dependiam dos estabelecimentos de ensino para ter acesso à alimentação e outros serviços ofertados. Muitos estudantes dependem exclusivamente da merenda escolar oferecida, pensando nisso, foi criado o Programa de Alimentação Escolar a partir do decreto Nº 48.938, que concede aos estudantes da rede pública estadual de ensino, inseridos em unidades familiares cadastradas e beneficiárias do Cadastro Único (CadÚnico)<sup>17</sup>, auxílio financeiro de R\$50,00 (cinquenta reais) em cartão magnético que possibilita a aquisição de alimentos em estabelecimentos comerciais.

Segundo consta no processo cível nº 0808931-11.2020.4.05.8300<sup>18</sup> da 12ª vara federal de tutela sobre as verbas do PAE, os cartões foram distribuídos entre os dias 21 e 24 de abril de 2020 aos pais e responsáveis por cerca de duzentos e quarenta mil estudantes da rede pública estadual de ensino inseridos em unidades familiares cadastradas e beneficiárias do Cadastro Único do Governo Federal. O valor do auxílio foi definido considerando o número de alunos estimados para atendimento e os créditos orçamentários disponíveis.

---

<sup>17</sup> Cadastro do Ministério da Cidadania do Brasil, que reúne a população de baixa renda, aqueles cujo coeficiente salarial é de 1/4 do salário mínimo por cada membro da família.

<sup>18</sup> Disponível em: [https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs\\_pdf/docs/TuteladeUrgenciaartaoAlimentacaoVerbasPNAE COVIDEstadodePernambuco.pdf](https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs_pdf/docs/TuteladeUrgenciaartaoAlimentacaoVerbasPNAE COVIDEstadodePernambuco.pdf). Acesso em: 20 de setembro de 2023.

A lei N° 17.322, de 15 de junho de 2021, autoriza a ação governamental de “Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino”. A lei tem como objetivo proporcionar a inclusão digital de profissionais de educação, viabilizando a realização de atividades pedagógicas não presenciais. A lei prevê, segundo o Art. 2º, que o Governo do Estado de Pernambuco fica autorizado a:

- I - Destinar recursos financeiros para a contratação de soluções de conectividade móvel ou fixa, para o planejamento e realização de atividades pedagógicas não presenciais, vinculadas aos conteúdos curriculares, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação; e
- II - Conceder crédito para a aquisição de terminais portáteis que possibilitem o acesso à rede de dados.

Com isso, professores da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco ficam possibilitados de receber um valor mensal de R\$50,00 (cinquenta reais) durante 12 meses (prorrogáveis por mais 12) com finalidade de contratação de serviços de conexão de internet. Além disso, recebem um crédito de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para aquisição de materiais de informática com as especificações mínimas predefinidas em decreto e ofertados por empresas credenciadas pela Secretaria de Educação e Esportes.

O grande problema com essa ação governamental é o tempo de demora de sua aplicação. Pelo menos desde maio de 2020, as aulas da rede pública de ensino já estavam acontecendo de maneira remota, e somente um ano depois foi tomada uma providência, o que permite afirmar que durante esse período, professores tiveram que arcar pessoalmente com materiais (internet, computadores, webcams, microfones e outros equipamentos eletrônicos) necessários para dar aulas. Avaliando esse problema mais de perto, Ana Carolina Silva Cordeiro mostra em seu estudo de caso como a demora ao acesso a esses equipamentos foi prejudicial, segundo relato dos professores, e ainda mais demorado do que se lê na lei:

Os desafios apontados para os docentes em relação à prática profissional foi o uso das novas tecnologias ao se tentar transpor o ensino presencial para o ensino remoto. Além de faltar os equipamentos necessários, faltava muitas vezes a internet de qualidade que possibilitasse que as aulas ocorressem de forma síncrona, muitos usavam/usam o pacote de dados de internet da operadora de celular para possibilitar o trabalho. [...] Sobre esse tema, citaram que o governo do estado fez um programa, mas foi efetivado apenas em 2022, quando já tinha voltado as aulas presenciais, ou seja, em todo o período da pandemia tiveram que custear o equipamento, o acesso à internet, criar uma infraestrutura em suas residências para realizar aulas remotas (CORDEIRO, 2022, p. 38).

Esses apontamentos levantam questões importantes, tais como, saber se durante os três anos de pandemia houve a disponibilização de equipamentos para professores e estudantes. Para essa e outros questionamentos levantados nos tópicos anteriores, é relevante consultar os dados da pesquisa “*Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19*”, o que será abordado no capítulo seguinte.

#### **4. ESTRATÉGIAS ADOTADAS DURANTE A COVID NAS ESCOLAS PERNAMBUCANAS**

Em 2021, segundo ano da pandemia da Covid, foi realizada pelo Inep uma pesquisa intitulada *Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no Brasil*. Seu objetivo era identificar as ações adotadas pelas escolas brasileiras durante o ano de 2020 diante da necessidade de medidas de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus. O levantamento dos dados foi feito durante a segunda etapa do Censo Escolar por meio de questionário suplementar ao aplicado anualmente nas escolas. Ao todo, 168.739 escolas responderam ao questionário aplicado pelo Inep por meio do Censo Escolar 2020 em todo o país. O percentual corresponde a 97,2% (134.606) e 83,2% (34.133) das redes pública e privada, respectivamente. Em 2022, a pesquisa foi replicada devido a persistência da pandemia, dessa vez captando informações acerca do ano de 2021. Neste ano, 91,4% (162.818) das escolas responderam ao questionário aplicado pelo Inep por meio do Censo Escolar 2021, percentual que corresponde a 95,6% (131.808) e 76,9% (31.010) das redes pública e privada, respectivamente.

O Banco de dados foi composto pelos tipos de estabelecimentos e informações indicadas a seguir.

1 - Estabelecimentos com pelo menos uma matrícula de escolarização na mediação presencial ou semipresencial que efetivamente responderam ao questionário.

2 - Cada escola informou, para cada etapa de ensino ofertada, a(s) estratégia(s) de mediação de ensino adotada(s) durante o ano letivo de 2021 (podendo ser informada mais de uma estratégia para cada etapa de ensino): 1) presencial - atividades que reúnam fisicamente alunos e profissionais escolares em um mesmo momento e mesmo espaço/local; 2) remota - atividades que ocorram entre alunos e profissionais escolares que estejam em espaços/locais diferentes, podendo ocorrer em momentos simultâneos (modo síncrono) ou em momentos diferentes (modo assíncrono); 3) híbrida - composição de atividades presenciais e não presenciais (remotas).

3 - Redes/agregações com menos de 3 (três) escolas respondentes não possuem resultado divulgado.

4 - A separação das categorias por modalidade tem as seguintes definições: educação especial - considera escolas que atendem alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação; educação indígena - considera as escolas que indicaram a oferta de educação escolar indígena; quilombola - escolas em área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos (Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica, 2021).

#### 4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O BANCO DE DADOS E DECISÕES METODOLÓGICAS

Em 2020, foi unânime a suspensão de aulas presenciais em todo o país, havendo ou não a adoção do modelo de ensino remoto. Já em 2021, progressivamente houve a volta do modelo presencial. Essa diferença de conjuntura de um ano para outro resultou em questionários ligeiramente diferentes para a pesquisa do Inep. O primeiro questionário contém quinze questões (referente à treze variáveis) divididas em três blocos com os temas: I) Calendário Escolar; II) Estratégias de Continuidade das Atividades Pedagógicas durante a suspensão das atividades presenciais; III) Estratégias de Retorno às Atividades Presenciais - Ano Letivo 2020. O segundo questionário possui onze questões (referente à dez variáveis) divididas em dois blocos: I) Calendário Escolar e Estratégias de Ensino Adotadas pela Escola; II) Estratégias de Realização das Atividades Escolares no Ano Letivo de 2021. Os dois encontram-se anexados nas páginas 81- 86.

Como estratégia de análise, foram comparados os dados das variáveis comuns aos dois questionários, conforme o quadro 2. As outras questões foram analisadas considerando a relevância para o trabalho, o contexto apresentado nos anos em que foram aplicadas e se atendo aos temas pertinentes naqueles momentos. Por esta razão, as variáveis 11 e 13 no questionário de 2020 não foram analisadas.

**Quadro 2: Variáveis em comum nos questionários da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil, em 2020 e 2021.**

2020	2021
1. Houve ajuste na data de término do ano letivo de 2020 em decorrência das medidas de	1. Houve ajuste na data de término do ano letivo 2021 em decorrência das medidas de

enfrentamento da pandemia de Covid-19?	enfrentamento da pandemia de Covid-19?
4. Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores:	4. Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores:
5. Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos:	5. Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos:
6. Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos:	6. Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos:
7. Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet:	7. Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet:
8. Formas de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais:	8. Formas de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais:
9. O tema da Covid-19 foi trabalhado em conjunto com as ações de promoção da saúde e integrado às disciplinas escolares como forma de agregar ao aprendizado?	9. O tema da Covid-19 foi trabalhado em conjunto com as ações de promoção da saúde e integradas às disciplinas escolares como forma de agregar ao aprendizado?
12. Medidas sanitárias adotadas pela escola para o retorno das atividades presenciais (pode ser marcada mais de uma alternativa):	10. Medidas de prevenção e controle da Covid-19 que foram adotadas pela escola para a realização das atividades presenciais:

Fonte: Pesquisas Suplementares - Inep. Elaboração própria.

Serão três blocos de análise considerando a possibilidade de comparação dos questionários e suas questões específicas: 1) Calendário Escolar; 2) Modalidade de Ensino; 3) Estratégias de Realização das Atividades Escolares no Ano Letivo. No primeiro bloco serão analisadas as questões referentes à ajuste do calendário escolar nos anos de 2020 e 2021. No segundo bloco, a análise se concentra nos modelos de ensino (remoto, híbrido ou presencial) adotados pelas escolas em 2021. No último bloco serão analisadas as estratégias de realização das atividades escolares nos dois anos estudados. As análises serão realizadas através da comparação relativa às etapas de ensino que compreendem o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio, Região Geográfica (urbana e rural), Dependência Administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada) e Rede de Ensino (pública e privada), desde que seja possível a desagregação dos dados.

#### 4.2. CALENDÁRIO ESCOLAR

Como já dito, no primeiro ano da pandemia, por decreto Estadual, as atividades escolares presenciais foram suspensas em todas as instituições de ensino públicas e privadas. Em todo o Brasil, 168.739 escolas responderam ao questionário complementar do Censo Escolar em 2021, e em Pernambuco, 7.769. No ano seguinte, 162.818 e 7.692 escolas responderam a pesquisa, no Brasil e em Pernambuco, respectivamente. Esses totais compreendem todas as etapas de ensino da educação básica, de estabelecimentos públicos e privados nas áreas urbanas e rurais.

De maneira geral, Pernambuco apresentou números muitos semelhantes em relação ao Brasil. Das escolas respondentes em 2021, 99,3% declararam a suspensão das atividades presenciais no Brasil, e 99,8% em Pernambuco. Destas, 98,1% e 98,6% adotaram estratégias não presenciais de atividades de ensino-aprendizagem. Nos dois anos da pesquisa, quando questionadas acerca de ajustes na data de término do ano letivo, as respostas evidenciam o impacto da pandemia em seu primeiro ano. Em 2020, embora mais da metade das escolas no Brasil e em Pernambuco não tenham alterado o calendário escolar, parte significativa (43,1% e 46,6%, respectivamente) fez algum tipo de ajuste para lidar com os déficits causados pela suspensão de aulas e o despreparo diante da situação emergencial da pandemia. Em 2021, com as escolas melhor preparadas para lidar com o vírus, a maior parte não fez ajustes na data de término, com Pernambuco bem próximo da totalidade de escolas sem ajuste.

**Tabela 1**

Houve ajuste na data de término do ano letivo em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19?					
Ano	Região	Não		Sim	
		N	%	N	%
2020	Brasil	95949	56,9	72762	43,1
	Pernambuco	4146	53,4	3623	46,6
2021	Brasil	148352	91,1	14456	8,9
	Pernambuco	7484	97,3	208	2,7

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Elaboração própria.

### 4.3 MODALIDADE DE ENSINO

Do total de escolas em Pernambuco que responderam à pesquisa em 2022, a grande maioria das que ofertam educação do Ensino Fundamental (anos iniciais e

finais) e Ensino Médio<sup>19</sup> pertence à rede pública de ensino<sup>20</sup> (tabela 2). Analisando pela região (tabela 3), as escolas que ofertam o ensino fundamental em seus anos finais e ensino médio são as que mais expressam essa característica nas áreas urbanas.

**Tabela 2**

<b>Total de escolas que ofertam ensino fundamental em seus anos iniciais, finais e ensino médio, em Pernambuco, por rede de ensino, em 2021</b>						
Rede de Ensino	anos iniciais do ensino fundamental		anos finais do ensino fundamental		ensino médio	
	N	%	N	%	N	%
Total	5555	100	2217	100	1069	100
Pública	4113	74	1506	67,9	800	74,8
Privada	1442	26	711	32,1	269	25,2

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

**Tabela 3**

<b>Total de escolas que ofertam ensino fundamental em seus anos iniciais, finais e ensino médio, em Pernambuco, por localização geográfica e rede de ensino, em 2021</b>						
Localização Geográfica	anos iniciais do ensino fundamental		anos finais do ensino fundamental		ensino médio	
	N	%	N	%	N	%
Total	5555	100	2217	100	1069	100
Urbana	2801	50,4	1655	74,7	953	89,1
Rural	2754	49,6	562	25,3	116	10,9

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Analisando a modalidade de ensino adotada por cada etapa investigada (tabela 4), percebe-se que nas três há mais expressão do modelo de ensino híbrido, ou seja, a combinação de atividades presenciais e remotas, com percentuais de 38,2%, 49,4% e 64,2%, respectivamente. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a segunda categoria com mais expressividade foi a de ensino unicamente remota, com 15,4%. Esse percentual pode ser explicado devido à preocupação pelas crianças nessa faixa de idade (dos 6 aos 10 anos) serem um potencial vetor de transmissão do vírus, além do fato de que a vacinação da Covid para crianças entre os 5 e 11 anos de idade só ter sido iniciada em janeiro de 2022 no país.<sup>21</sup> O Ensino

<sup>19</sup> Foi aplicado um filtro para selecionar apenas as etapas de ensino citadas.

<sup>20</sup> Compreende-se que um mesmo estabelecimento pode ofertar mais de uma etapa de ensino, portanto, faz-se aqui uma ressalva quanto aos números de escolas expostos neste tópico.

<sup>21</sup> Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/17/inicio-da-vacinacao-de-criancas-contra-covid-19-repercute-entre-os-senadores-1>

Fundamental em seus anos finais teve como segunda categoria mais frequente adoção do modelo híbrido e remoto, com 10,8%.

Observando esses mesmos dados, desta a vez a partir da Rede de Ensino (tabela 5), percebe-se consistência no que foi observado anteriormente quanto a adoção da medição de ensino híbrido predominantemente em todas as etapas de ensino analisadas, no entanto, quando observamos os estabelecimentos de ensino privado, a segunda forma mais frequente de ensino foi o presencial, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Embora isso entre em contradição com o que foi levantado na análise anterior quanto ao afastamento das crianças da sala de aula, pode nos indicar certa pressão quanto a adotar o funcionamento das instituições presencialmente como forma de “fazer valer” o pagamento das mensalidades.

**Tabela 4**

Percentual de escolas segundo estratégia de mediação de ensino adotada em Pernambuco, por etapa de ensino, durante o ano letivo de 2021							
Etapa de Ensino	Apenas presencial	Presencial e híbrida	Presencial e remota	Presencial, híbrida e remota	Apenas híbrida	Híbrida e remota	Apenas remota
	%	%	%	%	%	%	%
Ensino Fundamental (anos iniciais)	12,3	1	12,7	6,5	38,2	14	15,4
Ensino Fundamental (anos finais)	10,1	1,9	9,5	8,8	49,3	10,8	9,7
Ensino Médio	8,8	4	6,6	11,2	64,2	3,6	1,6

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

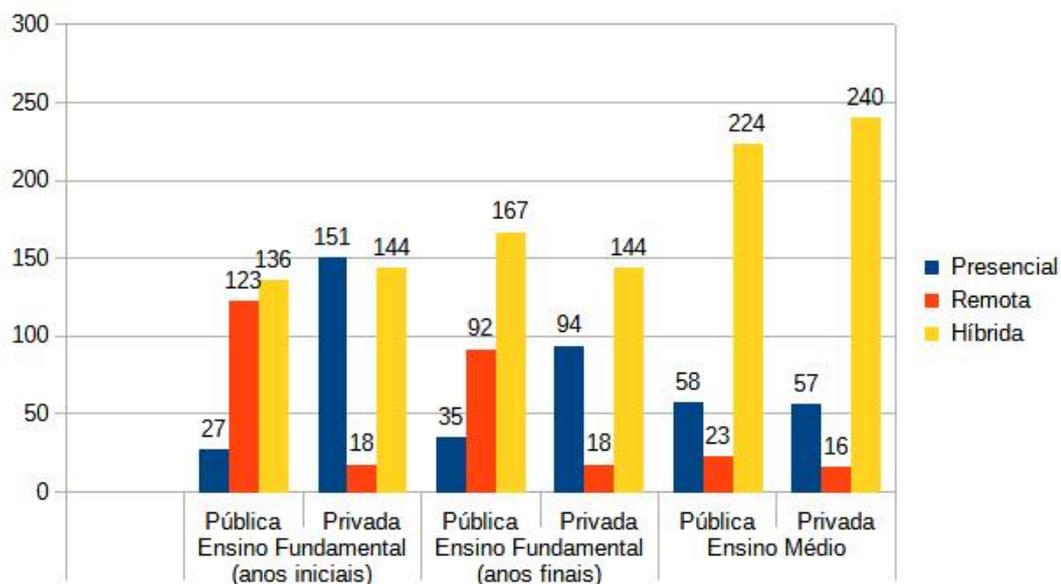
**Tabela 5**

Percentual de escolas segundo estratégia de mediação de ensino adotada em Pernambuco, por etapa e rede de ensino, durante o ano letivo de 2021								
Etapa de Ensino	Rede de Ensino	Apenas presencial	Presencial e híbrida	Presencial e remota	Presencial, híbrida e remota	Apenas híbrida	Híbrida e remota	Apenas remota
		%	%	%	%	%	%	%
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Pública	2,8	0,3	14,8	7	37	18,5	19,6
	Privada	39,3	2,9	6,5	5	41,5	1,3	3,4
Ensino Fundamental (anos finais)	Pública	4,4	0,9	11,4	9,9	45,8	14,9	12,7
	Privada	21,9	4,2	5,3	6,3	57	2,1	3,1
Ensino Médio	Pública	7,6	3,5	7,8	13,1	63	3,6	1,4
	Privada	12,3	5,6	3,3	5,6	67,7	3,3	2,2

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Essa tendência de adoção do ensino presencial nas escolas particulares fica mais evidente se olharmos para o média de dias em que essa modalidade foi adotada. No gráfico 1, podemos observar como nos anos iniciais do ensino fundamental a média de dias com aulas presenciais ultrapassou a média de aulas remotas ou mesmo o modelo híbrido de ensino. Os anos finais também apresentam uma expressiva adesão do ensino presencial nas escolas privadas, embora não chegue a ultrapassar o ensino híbrido, categoria que se mostrou mais fortemente nas escolas públicas e privadas que ofertam ensino médio.

**Gráfico 1: Média de dias em que a Modalidade de Mediação de Ensino foi adotada em Pernambuco, por etapa de ensino e rede de ensino, durante o ano letivo de 2021.**



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Comparando os dados pela região geográfica onde se localizam as escolas, mais uma vez o ensino híbrido se mostrou o modelo mais adotado. No meio rural, o ensino fundamental em seus anos iniciais teve como segunda categoria de maior expressão apenas o ensino remoto (20,7%), diferente das outras etapas de ensino que se mostraram expressivas híbrido e remoto (17,4% nos anos finais) e no ensino apenas presencial (12,1% no ensino médio). Na média de dias em que a modalidade de mediação de aprendizagem foi adotada, o ensino fundamental apresentou a tendência contrária do que foi observado nas escolas particulares: 129 dias em média de ensino remoto em relação a 31 dias no presencial e 123 no híbrido, o que

demonstra o afastamento das crianças do ambiente escolar durante a maior parte do ano letivo.

#### 4.4 ESTRATÉGIAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO ANO LETIVO<sup>22</sup>

O questionário apresenta em quase sua totalidade questões com variáveis categóricas de múltiplas respostas. Num primeiro momento, foi observado se houve ou não a adoção das estratégias levantadas. Em seguida, diante da necessidade de aprofundamento, foram analisadas as categorias de resposta desassociadas, desenvolvendo aquelas de maior relevância tendo em vista o principal enfoque do trabalho: as ações de governo desenvolvidas em Pernambuco para enfrentar a Covid no âmbito educacional.

Em 2022, quando questionadas sobre as estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2021, dos estabelecimentos de ensino básico pernambucano respondentes, apenas 1,8% não adotou nenhuma estratégia para lidar com a pandemia. Foi desenvolvido neste mesmo ano pelo Governo do Estado de Pernambuco e SEE-PE o programa Monitoria-PE, cujos esforços consistiam em auxiliar estudantes com dificuldades de absorver os conteúdos ministrados e combater a evasão escolar através do Busca Ativa. Dentre as estratégias listadas no questionário da pesquisa, uma citava “Aulas ou atividades de reforço” e outra “Adoção de estratégias de busca ativa como enfrentamento à evasão escolar”.

Observando essas categorias por etapas de ensino e rede de ensino (tabela 6), podemos observar que as escolas que ofertam o ensino médio na rede pública foram as principais a aderirem estratégias como aulas de reforço, embora isso se mostra expressivo na generalidade. Quanto ao Busca Ativa, as escolas públicas, independente da etapa de ensino, utilizaram fortemente a estratégia. Como discutido no capítulo anterior, muitos jovens precisaram abandonar a escola para trabalhar e ajudar no sustento de casa durante a pandemia, o que é uma das principais razões para os números de evasão escolar, além, é claro, do desânimo frente a dificuldade

---

<sup>22</sup> As escolas podiam assinalar mais de uma categoria no questionário, portanto, a porcentagem do número de escolas que adotaram as estratégias mencionadas é sempre relativa a categorias específicas e não ao número de total de escolas respondentes.

de acompanhar o novo formato de aulas que, como mostrado no tópico anterior, foi predominantemente híbrido, principalmente para o ensino médio. Se essas estratégias funcionaram, somente uma análise das taxas de abandono durante o período da pandemia pode nos dar indícios.

Nas escolas rurais, as aulas de reforço apresentaram valores muito similares ao que vemos no quadro geral. Embora não apresente números muito altos nas escolas de ensino privado em sua totalidade, o Busca Ativa, ao menos nas regiões rurais, se mostrou expressivo, chegando a 60% de escolas adotando a ação.

**Tabela 6**

<b>Estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2021, por Etapa e Rede de Ensino</b>			
Etapa de Ensino	Rede de Ensino	Aulas ou atividades de reforço	Adoção de estratégias de busca ativa como enfrentamento à evasão escolar
		%	%
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Pública	47,7	88,5
	Privada	47,1	34,6
Ensino Fundamental (anos finais)	Pública	55,5	93,1
	Privada	46,8	37,0
Ensino Médio	Pública	74,4	95,3
	Privada	46,5	33,5

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Sobre estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores, em Pernambuco foi quase unânime a adoção de algum tipo de estratégia em 2020 e universal em 2021. Nos anos citados, 0,6% e 0,0% das escolas não adotaram qualquer estratégia mencionada na pesquisa. Tendo em vista a criação da ação governamental “Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino” desenvolvida no estado em junho de 2021, foram analisadas as estratégias “Treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial”, “Disponibilização de equipamentos para os professores - computador, notebook, tablets, smartphones etc.” e “Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio”, em 2020 e 2021. Os dados (tabela 7) apontam para maior aderência da primeira estratégia citada, principalmente nas escolas públicas sob administração federal.

A disponibilização de equipamentos eletrônicos apresentou aumento de um ano para outro, principalmente na rede pública estadual, principal beneficiada pela

ação governamental. A importância de tal política pública fica mais evidente tendo em vista os números comparando as redes estaduais e municipais: na rede estadual, as escolas que disponibilizaram equipamentos eletrônicos foram de 45,6% para 69,2% de um ano a outro, enquanto a rede municipal foi de 16,3% para 24,4%, um bom aumento percentual, porém bastante baixo para a totalidade de estabelecimentos de ensino. Quanto ao subsídio de internet no domicílio dos professores, mais uma vez a rede estadual se mostra mais expressiva, com 34% de escolas adotando essa estratégia em 2020 e 55,5% em 2021.

**Tabela 7**

Estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Dependência Administrativa						
Dependência Administrativa	Treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial (%)		Disponibilização de equipamentos para os professores - computador, notebook, tablets, smartphones etc. (%)		Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (%)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Total	62,3	71,4	26,9	37,3	10,3	16,5
Pública	58,6	70,8	21,7	32,0	9,4	17,1
Federal	100,0	100,0	60,0	54,2	32,0	8,3
Estadual	78,2	74,4	45,6	69,2	34,0	55,5
Municipal	54,1	69,9	16,3	24,4	4,0	9,5
Privada	75,0	74,8	45,1	64,5	13,0	13,6

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Analisando por etapa de ensino e dependência administrativa (tabela 8), o que se mostra mais expressivo foi o treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presenciais que, no total, diminuiu ligeiramente de 2020 para 2021, principalmente nas escolas que ofertavam o ensino médio, embora tenha aumentado nas outras duas etapas de ensino. Com relação à dependência administrativa, o ensino fundamental em seus anos iniciais apresentou as maiores porcentagens nas escolas da rede privada da rede municipal de ensino. A rede privada se mostrou efetiva nas outras duas etapas, seguida da rede estadual, que em 2020 contava com 83,8% de escolas aderindo à estratégia no ensino médio e 79,5% no fundamental nos anos finais, e em 2021, com uma leve baixa, 79,8% e 75,3%, respectivamente.

Quanto à disponibilização de equipamentos eletrônicos, com exceção da rede federal de ensino médio, houve um aumento na incorporação dessa estratégia em

todas as escolas no ano de 2021. Mais uma vez, as redes privadas se destacam em todas as etapas de ensino, seguido da rede municipal nos anos iniciais do ensino fundamental e da rede estadual dos anos finais e ensino médio.

Finalmente, sobre o subsídio de internet no domicílio dos professores, a estratégia se mostrou a menos adotada pelas escolas. Em 2021, no entanto, as redes estaduais de ensino fundamental em seus anos finais e ensino médio mostraram os melhores percentuais: 55,2% e 62,8%, respectivamente.

**Tabela 8**

Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores que foram adotadas pela escola durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa							
Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial (%)		Disponibilização de equipamentos para os professores - computador, notebook, tablets, smartphones etc. (%)		Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (%)	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	58,7	69,9	23,6	30,0	6,6	10,1
	Estadual	39,9	46,1	15,7	20,6	12,4	15,8
	Municipal	53,9	70,1	15,8	23,1	3,6	8,7
	Privada	74,9	73,8	47,4	62,6	14,4	15,3
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	69,9	74,7	35,3	45,5	14,1	20,8
	Estadual	79,5	75,3	45,4	67,7	37,9	55,2
	Municipal	55,6	71,9	17,0	26,1	3,8	10,8
	Privada	87,0	80,1	58,3	69,2	15,9	17,3
Ensino Médio	Total	86,4	82,1	56,0	77,8	32,1	50,4
	Federal	100,0	100,0	55,6	52,9	33,3	5,9
	Estadual	83,8	79,8	50,4	77,1	36,7	62,8
	Municipal	50,0	-	0,0	-	0,0	-
	Privada	94,0	88,0	74,2	82,4	17,7	15,5

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

A despeito das estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos (tabela 9), a porcentagem de escolas que não adotaram nenhuma das estratégias citadas caiu de 11,2% para 5,4%, de 2020 para 2021. No geral, estratégias como disponibilização de equipamentos eletrônicos e de canais de comunicação (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativos de mensagens) foram as estratégias mais utilizadas. O acesso gratuito à internet aparece com porcentagens muito baixas, mesmo na rede estadual que contou com a criação, em 2020, do *Conecta-aí*, programa de patrocínio de dados de internet para estudantes da rede pública estadual, o que pode demonstrar certas fragilidades de cobertura dessa ferramenta. Escolas que ofertam o ensino médio na rede federal detêm a

porcentagem de adoção mais alta, mas estas, assim como as que ofertam o ensino médio na rede municipal, apresentam números absolutos muito baixos, sendo 18 e 3 escolas, respectivamente, em 2020, e 17 escolas federais em 2021 respondendo à pesquisa.

Tabela 9

Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa							
Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (%)		Disponibilização de equipamentos - computador, notebook, smartphones, etc. (%)		Disponibilização de canal de comunicação com a escola - e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens (%)	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	3,8	6,4	77,4	81,1	82,0	87,9
	Estadual	3,4	5,8	62,9	76,2	82,6	77,9
	Municipal	2,3	4,7	75,5	79,2	79,7	87,7
	Privada	8,0	14,1	84,7	90,2	88,4	90,8
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	7,7	11,7	85,4	90,3	88,7	91,1
	Estadual	13,8	22,5	94,7	93,5	95,2	94,0
	Municipal	3,7	6,0	78,5	87,5	83,6	89,3
	Privada	10,4	15,5	90,6	93,6	92,7	92,7
Ensino Médio	Total	18,0	25,8	96,7	97,1	96,3	95,6
	Federal	94,4	82,4	94,4	100,0	88,9	94,1
	Estadual	17,9	27,7	97,2	97,2	96,6	97,2
	Municipal	0,0	-	50,0	-	50,0	-
	Privada	12,9	16,0	96,0	97,0	96,0	91,1

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Dentre as estratégias para o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem adotadas (tabela 10), nos dois anos, apenas 0,4% das escolas não tomou nenhuma providência no que concerne essa questão. A disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem via internet foi fortemente adotada, assim como a transmissão de aulas ao vivo ou gravadas. A transmissão de aulas via TV ou rádio apareceu mais expressivamente nas redes estaduais de ensino que ofertam o ensino fundamental nos anos finais e ensino médio, justamente as dependências administrativas contempladas pelo portal Educa-PE. O portal também parece se destacar ao analisarmos a questão “Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet” (tabela 11), em específico a categoria “Plataforma desenvolvida especificamente para a secretaria de educação municipal ou estadual, rede de ensino ou da escola”, que aparece em torno dos 74%

em 2020 e 2021 na rede estadual que oferta o ensino fundamental nos anos finais e 80% no ensino médio, nos dois anos citados.

**Tabela 10**

Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa							
Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet - vídeos, podcasts, publicações em redes sociais, plataformas virtuais, aplicativos para celular (%)		Transmissão/ disponibilização de aulas ao vivo ou gravadas (%)		Transmissão, por TV ou rádio, de aulas ao vivo ou gravadas (%)	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	79,9	84,1	79,6	83,9	12,5	16,8
	Estadual	52,8	52,9	42,1	48,8	16,9	12,2
	Municipal	78,8	84,9	77,6	83,4	14,9	19,3
	Privada	86,7	86,6	90,4	92,6	5,1	6,9
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	87,8	88,4	87,0	91,5	19,3	22,4
	Estadual	91,8	89,4	92,3	89,4	52,4	45,0
	Municipal	83,2	86,8	80,2	89,5	15,1	22,6
	Privada	92,6	90,9	94,7	96,8	5,4	7,3
Ensino Médio	Total	95,8	94,2	96,5	95,5	43,3	40,5
	Federal	100,0	94,1	100,0	100,0	0,0	0,0
	Estadual	96,1	94,1	96,0	94,8	56,6	52,6
	Municipal	100,0	-	50,0	-	0,0	-
	Privada	94,4	94,9	98,0	98,3	5,2	6,8

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Tabela 11

**Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Plataforma desenvolvida especificamente para a secretaria de educação municipal ou estadual, rede de ensino ou da escola (%)	
		2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	16,2	24,8
	Estadual	21,5	33,9
	Municipal	18,5	28,8
	Privada	9,0	6,6
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	28,4	32,8
	Estadual	74,6	74,7
	Municipal	18,2	31,4
	Privada	15,3	9,0
Ensino Médio	Total	65,2	62,4
	Federal	5,6	11,8
	Estadual	81,0	80,5
	Municipal	0,0	-
	Privada	20,4	11,1

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Durante a pandemia, apenas 0,2% das escolas de ensino básico em Pernambuco não adotaram nenhuma estratégia de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais. Essa informação é importante porque é uma das principais formas de assegurar a progressão de séries dos estudantes. No ensino fundamental em geral, a principal forma de monitoramento se deu através do recolhimento das atividades pedagógicas realizadas pelos alunos e da comunicação dos professores com os alunos, seus pais ou responsáveis, como é possível observar na tabela 12. No ensino médio, além das estratégias citadas, a lista de presença eletrônica também foi muito utilizada, de maneira geral. Os relatórios de acesso à plataforma virtual foi a estratégia menos utilizada, principalmente pelos anos iniciais do ensino fundamental, provavelmente devido à natureza das atividades pedagógicas realizadas com essa etapa da educação que não demandava aulas tão expositivas. Nesta etapa, a rede privada foi a que mais utilizou esse formato de monitoramento, com 41,1% das escolas utilizando os relatórios em 2020 e 46,1% em 2021.

Tabela 12

Formas de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais utilizadas pela escola durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência									
Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Lista de presença (chamada) eletrônica (%)		Recolhimento das atividades pedagógicas realizadas pelos alunos (%)		Comunicação do professor com os alunos, seus pais ou responsáveis (%)		Relatórios de acesso à plataforma virtual (%)	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	39,5	51,5	89,1	95,1	85,6	87,7	24,8	32,4
	Estadual	22,5	24,4	96,6	94,8	79,8	83,1	16,3	17,4
	Municipal	31,9	49,4	88,9	97,4	85,6	88,1	19,6	29,9
	Privada	63,7	65,8	88,7	85,3	86,6	87,1	41,1	46,1
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	58,0	68,3	88,4	92,4	86,1	87,1	44,1	49,3
	Estadual	73,4	75,9	92,0	93,5	90,1	88,9	61,1	56,4
	Municipal	40,1	62,1	88,0	97,4	83,4	87,6	27,3	41,7
	Privada	77,2	75,2	86,7	82,1	87,9	85,0	60,6	59,5
Ensino Médio	Total	80,5	85,2	89,4	89,2	89,7	89,1	72,4	70,4
	Federal	72,2	76,5	100,0	100,0	66,7	70,6	44,4	58,8
	Estadual	79,5	85,0	91,8	93,8	92,0	91,3	71,9	70,0
	Municipal	0,0		100,0		100,0		100,0	
	Privada	84,7	86,9	81,0	74,3	83,9	83,5	75,8	72,6

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Na tabela 13 podemos ver a porcentagem de escolas que trabalharam o tema da Covid-19 e ações de promoção da saúde integrado às disciplinas escolares durante o ano letivo. Nos dois anos é possível ver que houve um enorme esforço de se trabalhar a temática da pandemia nas escolas, com diversos materiais de orientação e prevenção da doença sendo elaborados nas demais esferas de governança.

Tabela 13

Escolas que trabalharam o tema da Covid-19 e ações de promoção da saúde integrado às disciplinas escolares durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência					
Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Não		Sim	
		2020	2021	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	7,6	1,1	92,4	98,9
	Estadual	2,2	0,6	97,8	99,4
	Municipal	9,8	0,9	90,2	99,1
	Privada	1,9	1,7	98,1	98,3
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	6,5	0,6	93,5	99,4
	Estadual	1,4	0,5	98,6	99,5
	Municipal	11,8	0,6	88,2	99,4
	Privada	1,2	0,7	98,8	99,3
Ensino Médio	Total	1,1	0,8	98,9	99,2
	Federal	11,1	17,6	88,9	82,4
	Estadual	1,2	0,5	98,8	99,5
	Municipal	0,0	-	100,0	-
	Privada	0,0	0,7	100,0	99,3

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Por fim, analisando o quesito “Medidas de prevenção e controle da Covid-19 que foram adotadas pela escola para a realização das atividades presenciais” (tabela 14), pode ser observado que houve um grande empenho na adoção de estratégias tanto de orientação quanto de prevenção da doença nas escolas. Importante destacar o aumento de escolas que realizaram atividades presenciais de 2020 para 2021 (tabela 15), sobretudo no ensino fundamental.

Tabela 14

**Medidas de prevenção e controle da Covid-19 que foram adotadas pela escola para o realização das atividades presenciais durante o ano letivo de 2020 e 2021, por Etapa de Ensino e Dependência**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	Capacitação, comunicação e divulgação de informações sobre a Covid-19		Adequação/ampliação da infraestrutura física e ações efetivas não relacionadas ao distanciamento social		Redução do número de pessoas ou restrição de circulação no ambiente da escola	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	98,0	97,2	100,0	99,5	98,4	95,1
	Estadual	96,6	97,1	100,0	99,4	96,6	93,6
	Municipal	100,0	97,3	100,0	99,4	100,0	95,3
	Privada	98,0	97,1	100,0	99,6	98,5	95,0
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	98,4	98,2	99,8	99,8	99,0	97,8
	Estadual	99,2	97,7	100,0	99,2	99,2	97,5
	Municipal	50,0	98,5	50,0	100,0	50,0	98,9
	Privada	98,1	98,1	100,0	99,7	99,2	96,4
Ensino Médio	Total	99,4	98,5	100,0	99,8	99,7	98,1
	Federal	-	100,0	-	100,0	-	100,0
	Estadual	99,6	98,2	100,0	99,9	99,6	98,2
	Municipal	-	-	-	-	-	-
	Privada	98,9	99,2	100,0	99,6	100,0	97,7

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Tabela 15

**Total de escolas em que o item da planilha é aplicável<sup>1</sup> (escolas que retornaram às atividades presenciais do ano letivo de 2020 e escolas que adotaram estratégia de mediação de ensino presencial ou híbrida durante o ano letivo de 2021)**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa	2020	2021
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Total	643	4729
	Estadual	29	172
	Municipal	5	3162
	Privada	609	1395
Ensino Fundamental (anos finais)	Total	625	2006
	Estadual	248	396
	Municipal	2	919
	Privada	375	691
Ensino Médio	Total	908	1055
	Federal	0	13
	Estadual	732	776
	Municipal	0	-
	Privada	176	264

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

## 5. INDICADORES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO ANTES E DURANTE O COVID-19

No estudo das políticas públicas, uma fonte importante para contextualizar os problemas sociais ou mesmo identificá-los são os Indicadores Sociais (JANNUZZI, 2012). Indicadores sociais são, nas palavras do autor, “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato” (JANNUZZI, 2012, p.15). Um bom indicador, nesse sentido, é composto com dados substanciais que possam traduzir com fidedignidade o fenômeno que desejamos observar. É através deles que é possível avaliar todas as etapas que compõem a formação de uma política pública, desde identificar um problema, a compreender a disponibilidade de insumos para a solução dele, operacionalizar os recursos e entender os resultados do processo. Em nosso país, contamos com estudos específicos para monitorar o desenvolvimento da educação em âmbito nacional, como o Censo Escolar, que é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira.

O Censo Escolar é um levantamento estatístico realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação e escolas públicas e privadas em todo o Brasil. A pesquisa permite a obtenção de dados estatísticos fundamentais para compreender a constituição do sistema básico de ensino brasileiro, caracterizando estudantes, docentes e escolas. A declaração de informações escolares é obrigatória para todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados no país, tendo como base a situação observada na última quarta-feira do mês de maio. A coleta de dados é realizada por meio do Educacenso, um sistema eletrônico que possibilita que os formulários da pesquisa sejam preenchidos diretamente pelos usuários (informantes) ou por meio de processo de migração de dados de forma automática, a partir dos sistemas próprios de gestão escolar das escolas e redes de ensino.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico Censo da Educação Básica, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2017.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2017.pdf). Acesso em: 06 de julho de 2023.

Para a análise desses dados, foi utilizada a metodologia de avaliação de políticas públicas com base em Desempenho. Como visto no quadro teórico, as avaliações de Desempenho “examinam os produtos do programa [...]. Seu principal objetivo é simplesmente determinar o que a política pública está produzindo, muitas vezes independente dos objetivos estabelecidos.” (WU et al, 2014, p. 122).

Para a presente pesquisa, foram selecionadas informações referentes às etapas da Educação Básica que correspondem ao Ensino Fundamental I e II e ao Ensino Médio, pois são esses que estão sob a base administrativa do Governo Estadual. Na primeira seção, os dados<sup>24</sup> coletados são referentes ao número de matrículas realizadas nas instituições de ensino nos anos de 2017 a 2022. Na segunda seção, serão avaliados os números referentes à Taxa de Rendimento no mesmo período. As análises serão realizadas através da comparação relativa às etapas de ensino que compreendem o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio, Região Geográfica (urbana e rural), Dependência Administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada) e Rede de Ensino (pública e privada), desde que seja possível a desagregação dos dados.

## 5.1 MUDANÇA NO NÚMERO DE MATRÍCULAS

Com a pandemia da Covid-19, inúmeras mudanças ocorreram em nossa realidade, seja no trabalho, consumo, segurança pública, saúde ou educação. Algumas delas foram necessárias, uma maneira de nos proteger e evitar que os efeitos da doença fossem ainda mais devastadores, como o fechamento de estabelecimentos e a recomendação de distanciamento social. Outras mudanças ocorreram de forma não intencional, decorrentes da fusão de diversos fatores, dentre eles, estes mesmos mecanismos de proteção contra a doença.

---

<sup>24</sup> Notas sobre os dados: a) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula; b) Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE); c) Inclui matrículas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos; d) O total dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos; e) O total dos Anos Finais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos; f) O número de matrículas do Ensino Regular considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas; g) Inclui matrículas do Ensino Médio Propedêutico, Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado).

Na educação, diversas preocupações foram levantadas acerca de que medidas tomar a fim de não prejudicar o desenrolar do ano letivo e ainda assim garantir a saúde e o bem estar dos estudantes. Na capital do Estado, Recife, uma das primeiras medidas foi garantir a distribuição de kits para alimentação dos estudantes de escolas públicas, tendo em vista que a merenda é o que muitas vezes garantia a ida e permanência desses estudantes na escola.

Como alternativa às aulas presenciais, no intuito de evitar o atraso do ano letivo e prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, a proposta de “Ensino Remoto” foi levantada. Saviani (2020) diferencia o Ensino Remoto da modalidade de Educação à Distância (EAD) visto que esse modelo já possui existência regulamentada coexistindo com a educação presencial, sendo admitido apenas como um caso de exceção.

Para compreender que efeitos a pandemia teve na educação em Pernambuco, é preciso conhecer em números quais as diferenças expressas nos indicadores educacionais no período anterior à pandemia e durante ela, assim entendendo se houveram mudanças significativas e como o ensino remoto pode ou não ter feito diferença na garantia do acesso à educação.

Analisando o número de matrículas na Educação Básica no Estado desde o ano de 2017, é possível observar uma progressiva diminuição no número de matrículas nas instituições de ensino (gráfico 2). De modo geral, esses dados nos indicam, à princípio, que a diminuição das matrículas em Pernambuco, inclusive após o início da pandemia, não é um efeito atípico. Inclusive, estudos recentes na área de Políticas Públicas Educacionais mostram como um dos fatores que vem impactando nesses números é a configuração demográfica do nosso país. Segundo Rigotti (2012 apud MADEIRA, 2014), a transição demográfica pelo qual o Brasil vem passando demonstra níveis mais baixos de fecundidade em relação aos de mortalidade, com uma maior proporção de idosos em relação às crianças.

Gráfico 2



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Comparando os dados do número de estudantes matriculados nas escolas, por dependência administrativa (tabelas 16, 17 e 18), percebe-se que conforme se avança nas etapas de ensino, existe uma tendência de diminuição na frequência das escolas da rede privada. Essa tendência pode ter duas explicações: a primeira delas se relaciona com o aumento dos custos para se manter um estudante na rede de ensino privada conforme o avanço das séries. Além das mensalidades escolares, aumenta-se o custo com materiais, cursos preparatórios para vestibular e outras demandas. A segunda explicação é baseada na concepção a respeito da qualidade de ensino que as escolas públicas e privadas têm a oferecer. Segundo Lemos e Fernandes, “[...] as representações sociais sobre escola particular, assim como da escola pública, estão calcadas em verdades veiculadas pelo senso comum, destituído de crítica cristalizadas na forma de representações sociais” (2022, p.8).

No artigo “Escolas pública e particular: representações sociais de professores”, as autoras identificaram quais as representações sociais de professores sobre as escolas públicas e particulares. Na fala de um deles, foi colocado que a escola particular

É aquela onde o ensino é oferecido de forma particular, ou seja, se paga mensalidade para ter acesso ao ensino, sendo esse ensino oferecido de acordo com as concepções da escola com suas normas e regras. As vantagens são o ensino de qualidade, instalações boas para os alunos, salas ambientadas, material para se trabalhar. As desvantagens são que o ensino não é gratuito e não é oferecida alimentação, merenda. O acesso a esse ensino é para poucos, só para quem pode pagar por ele (LEMOS; FERNANDES, 2022, p. 9).

A lógica, portanto, é de garantir uma educação privada e de melhor qualidade nos anos iniciais de formação dos estudantes, garantindo uma boa base para os anos seguintes.

**Tabela 16**

Número de Matrículas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em Pernambuco, 2017-2022, em %				
Etapa	Anos Iniciais			
Dependência Administrativa	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	0,0	1,3	71,9	26,8
2018	0,0	1,2	71,0	27,8
2019	0,0	1,1	70,1	28,7
2020	0,0	1,1	70,4	28,5
2021	0,0	1,1	72,3	26,6
2022	0,0	1,0	70,8	28,2

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

**Tabela 17**

Número de Matrículas do Ensino Fundamental (Anos Finais) em Pernambuco, 2017-2022, em %				
Etapa	Anos Finais			
Dependência Administrativa	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	0,1	27,5	54,3	18,1
2018	0,1	26,5	54,9	18,4
2019	0,1	25,6	55,2	19,0
2020	0,1	25,0	55,8	19,1
2021	0,1	23,4	58,4	18,0
2022	0,1	23,1	58,1	18,6

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

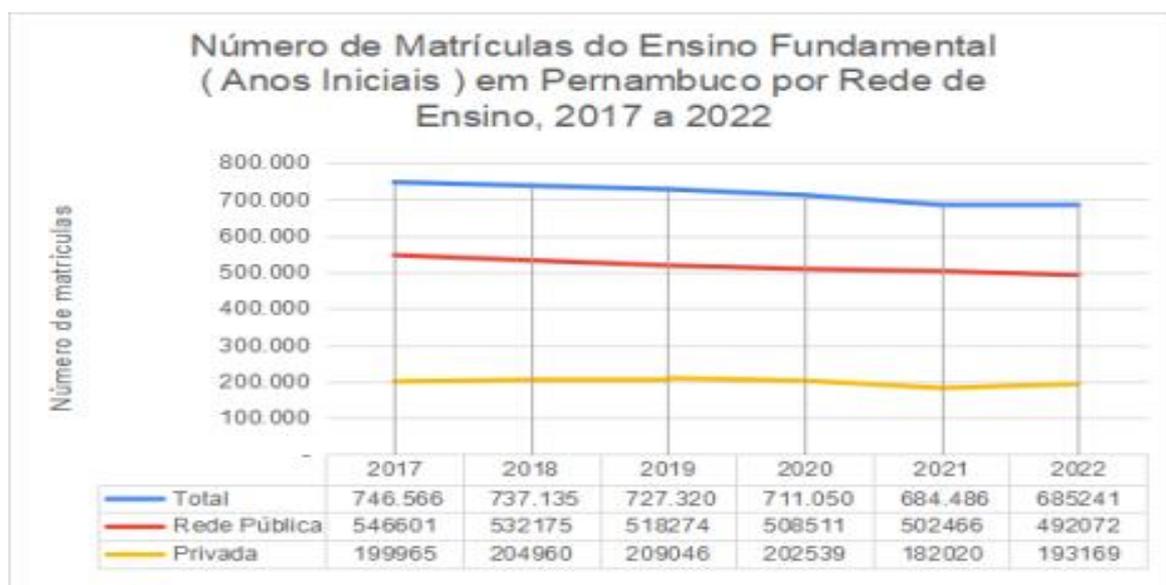
**Tabela 18**

Número de Matrículas do Ensino Médio em Pernambuco, 2017-2022, em %				
Etapa	Ensino Médio			
Dependência Administrativa	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	2,0	87,2	0,1	10,7
2018	2,2	87,2	0,1	10,5
2019	2,4	87,2	0,1	10,3
2020	2,5	87,5	0,1	9,9
2021	2,4	87,6	0,1	9,9
2022	2,3	87,3	0,1	10,3

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Quando comparamos o quadro de matrículas entre rede de ensino público e privado, percebemos que no setor privado, tanto os anos iniciais quanto os anos finais do Ensino Fundamental apresentavam até o ano de 2019 um constante aumento no número de matrículas, enquanto o ensino médio passava por uma queda. A partir de 2020, ano em que se iniciou a pandemia no Brasil, houve, de maneira geral, uma diminuição no número de matrículas no Ensino Fundamental. A rede pública do Ensino Fundamental em seus anos iniciais passa a aprofundar a tendência dos anos anteriores de diminuir o número de matrículas, seguindo assim até 2022, como é possível observar no gráfico 3. A rede privada, ao contrário do que vinha sendo observado, passou a diminuir consideravelmente o seu número de matrículas. E 2020, o número de matrículas foi 6.507 (cerca de 3,1%) a menos que em 2019; em 2021, com relação ao mesmo ano, a situação foi ainda pior: 27.026 matrículas a menos, um percentual relativo de 12,9% de queda comparado à rede pública, cuja diminuição foi de 15.808 (cerca de 3,1%).

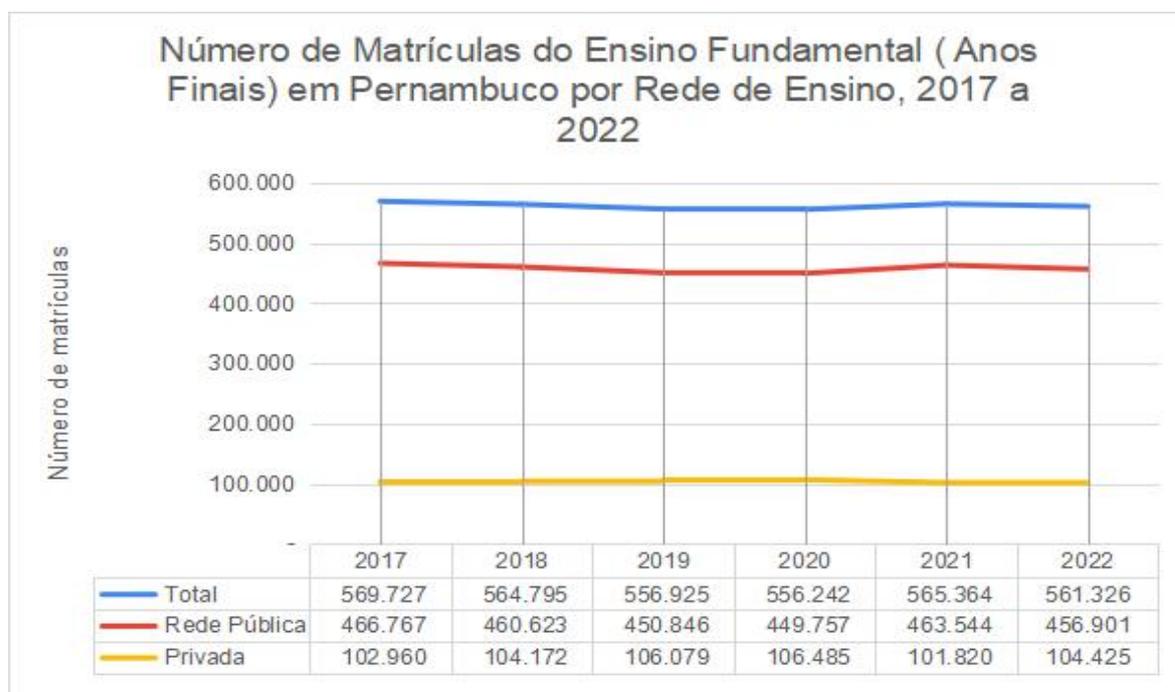
Gráfico 3



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Nos anos finais (gráfico 4), o Ensino Fundamental se manteve relativamente estável em 2020, porém, a partir de 2021, a rede pública passou por um aumento de 12.698 matrículas (2,8% em relação a 2019) e a rede privada diminuiu 4.259 (4% e relação a 2019).

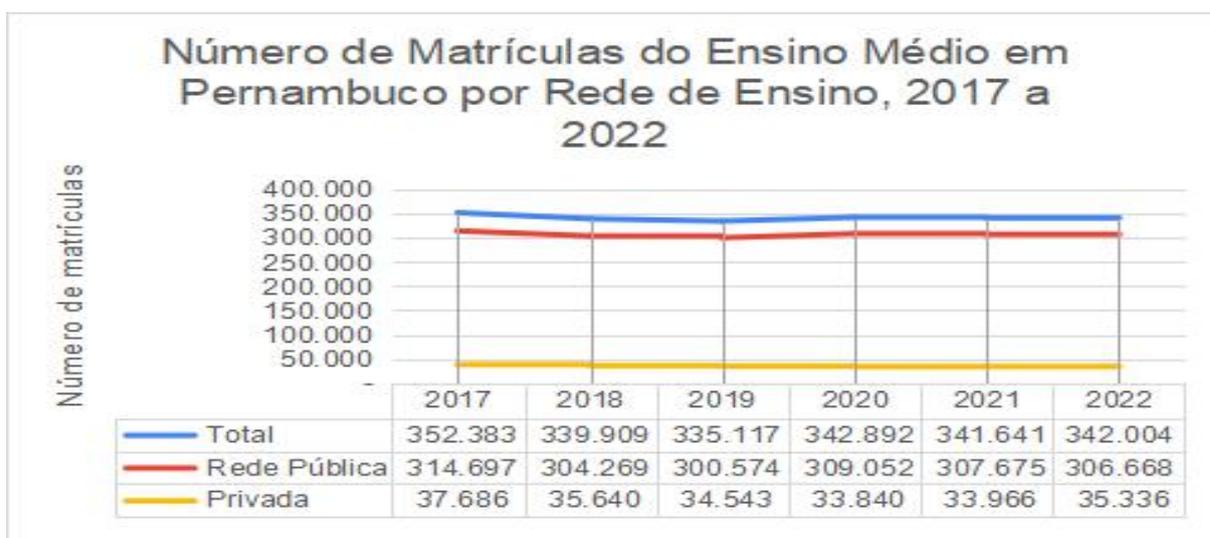
Gráfico 4



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

O Ensino Médio (gráfico 5) foi a única etapa a mostrar um aumento geral no número de matrículas, principalmente na rede pública, que de 2019 para 2020 teve um crescimento de 2,9% no número de alunos matriculados. Na rede privada, o que se observa na tabela 19 é uma diminuição, de 2,0% e 1,7% em relação a 2019 nos anos de 2020 e 2021, respectivamente. É somente em 2022 que o setor privado volta a apresentar números positivos, semelhantes aos anos anteriores à pandemia.

Gráfico 5



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Tabela 19

**Diminuição no Número de Matrículas do Ensino Médio em relação a 2019, em Pernambuco, por Rede de Ensino, números absolutos e em porcentagem**

	2020		2021		2022	
		variação (%)		variação (%)		variação (%)
Total	7775	2,3	6524	1,9	6887	2,1
Rede Pública	8478	2,8	7101	2,4	6094	2,0
Rede Privada	-703	-2,0	-577	-1,7	793	2,3

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Vale ressaltar que o Ensino Fundamental prevê a matrícula de crianças com idades dos 6 aos 10 anos nos anos iniciais e, dos 11 aos 14, nos anos finais. Em nota técnica lançada em fevereiro de 2022 por pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) acerca da cobertura do atendimento escolar no Brasil durante a pandemia de Covid-19, se observou no restante do país um cenário muito

semelhante ao que temos em Pernambuco nestas etapas da educação. Sobre isso, eles observam que

A provável influência da pandemia sanitária nas questões aqui referidas deu-se, por um lado, na decisão de não matricular, ou mesmo retirar, as crianças na escola nessas etapas da Educação Básica em função da suspensão de atividades presenciais. Para as crianças de até 10 anos de idade, a atividade desenvolvida em modo remoto, quando possível, não era eficaz no cumprimento de seus objetivos, e provavelmente é responsável por grande parte das ausências verificadas (FUNDAJ-CECIN, 2022, p.4).

Por um lado, a diminuição geral no número de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode ser explicada pelos fatores acima. Nos anos finais do Ensino Fundamental e principalmente Ensino Médio, o que houve foi um aumento nas matrículas do setor público concomitante à diminuição das matrículas do setor privado, o que sugere uma migração desses estudantes de uma rede de ensino para outra. Os fatores que explicam esse fenômeno podem ser, dentre outros, a busca pelos serviços públicos mediante a crise econômica enfrentada pelo país durante o período pandêmico. Ainda na nota lançada pela Fundaj, os pesquisadores destacam que “a crise acentuada pela Covid-19, os problemas de absorção da força de trabalho, o aumento da pobreza nacional, a insuficiência de políticas de compensação, certamente afetaram os indicadores educacionais” (FUNDAJ-CECIN, 2022, p. 5).

Isso levanta duas questões: por um lado, a preocupação com aqueles estudantes que por quaisquer motivos ficaram fora da escola durante a pandemia; por outro lado, o aumento da demanda no setor público ocasionado pela nova quantidade de estudantes.

Analisando o número de matrículas por Região Geográfica, se percebe, de modo geral, um número muito maior de matrículas na área urbana em relação à área rural. Em 2017, das 1.668.676 matrículas realizadas no estado, apenas 16,3% pertenciam à área rural. Em 2019, essa porcentagem era de 15,7% do total de 1.619.362 matrículas (tabela 20). Segundo um trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em março de 2021 (PEREIRA; CASTRO, 2021), essa redução no número de matrículas no meio rural é um fenômeno crescente em todo o território brasileiro que vem sendo observado desde a última década e que possuem fatores diversos, sendo eles endógenos ou exógenos:

[...] Entre os endógenos, destacam-se a queda da fecundidade e a fragmentação das famílias, com redução do número médio de filhos por família (Sakamoto, 2014); e, como fatores exógenos, a modernização agrícola, que intensificou o uso de máquinas e insumos que demandam cada vez menos mão-de-obra, e as desigualdades territoriais, que levam à migração de jovens para as cidades em busca de melhores oportunidades. (PEREIRA; CASTRO, 2021. p.19)

Entre 2009 e 2019, houve uma redução de 8,9% no número de matrículas computadas, com o meio rural sofrendo uma diminuição de 20%.

**Tabela 20**

Matrículas na Educação Básica em Pernambuco, 2017 a 2022												
	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)
Total	1668676	100	1641839	100	1619362	100	1610184	100	1591491	100	1588571	100
Urbana	1396020	83,7	1376790	83,9	1364632	84,3	1359082	84,4	1340502	84,2	1345220	84,7
Rural	272656	16,3	265049	16,1	254730	15,7	251102	15,6	250989	15,8	243351	15,3

Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Outro dado referente à Pernambuco que reflete o país, segundo o mesmo estudo, é a baixíssima frequência de matrículas na rede privada no meio rural. Segundo Pereira e Castro (2021), “a rede de ensino privada praticamente não existe no meio rural, aparecendo em parcela quase insignificante (3,1%) no ensino médio”. Esses dados aparecem em Pernambuco expressos em menos de 2% em todas as etapas do ensino básico de 2017 até 2022. Inclusive, das três etapas, é interessante notar que apesar de percentuais semelhantes, das três etapas da Educação Básica aqui estudadas, o Ensino Fundamental em seus anos iniciais é o que apresenta o maior número de matrículas, como observado na tabela 21.

**Tabela 21**

Média de matrículas em escolas da Rede Privada em áreas Rurais, por Etapa de Ensino da Educação Básica (2017-2022)	
Etapa de Ensino	Média
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	2527,3
Ensino Fundamental - Anos Finais	1025,8
Ensino Médio	251,7

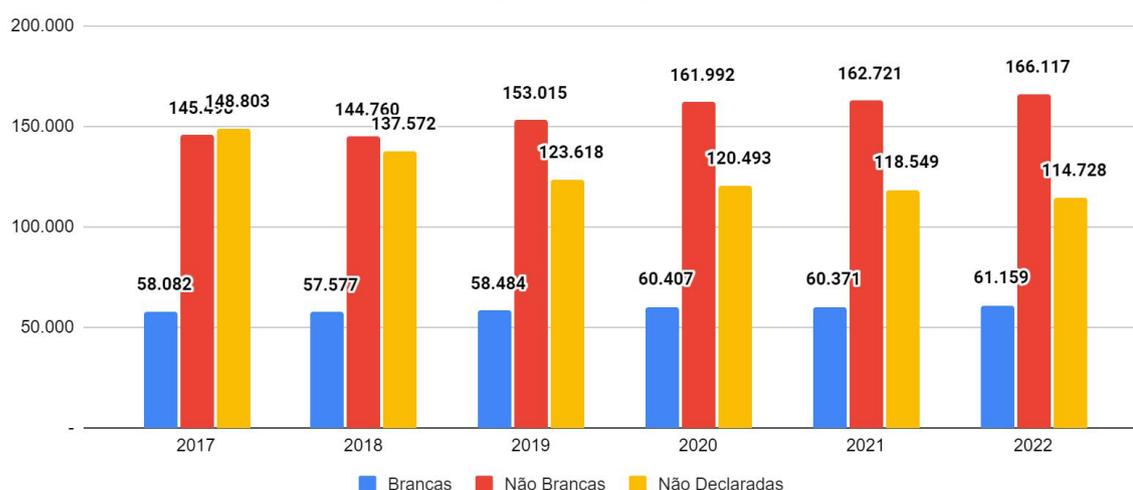
Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Por fim, observando o perfil de gênero das crianças matriculadas no estado, não há mudanças significativas ao longo dos anos, o que torna seguro afirmar que a diminuição no número de matrículas não está relacionada a este fator específico. De maneira geral, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental apresentam um percentual maior de crianças do sexo masculino, enquanto no ensino médio esse percentual é maior entre as do sexo feminino.

No quesito racial, o Censo Escolar trabalha com 6 categorias de identificação: a) branco; b) preto; c) pardo; d) amarelo; e) indígena; f) não declarado. Para facilitar a análise, foi feita uma nova classificação das categorias, agregando os dados em três novas: a) branco; b) não branco; c) não declarado. Dentre as etapas de Ensino analisadas, a que mostrou uma maior diferença neste marcador foi o Ensino Médio (gráfico 6), em que é possível observar como ao longo dos anos as crianças declaradas como “não brancas” apresentaram um aumento entre 2017 e 2022, tendo a pandemia, inclusive, não afetado este crescimento. Paralelo a esse crescimento, a categoria dos que não declararam a cor apresentou uma diminuição no mesmo período, o que sugere uma maior identificação com outras categorias de identificação racial.

**Gráfico 6**

**Matrículas no Ensino Médio por Declaração de Raça/Cor, em Pernambuco, (2017-2022)**



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

No estudo “COVID-19 e educação pública no Brasil: efeitos e opções políticas em contexto de vulnerabilidade social”, as autoras destacam que, ao relacionar educação e vulnerabilidade social, “identifica-se duas vias inter-relacionais nas orientações internacionais: as ações de equidade e o desenvolvimento de parcerias entre público e privado” (SCAFF et al, 2021, p. 7). As autoras argumentam como o 4º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), previsto para 2030, prevê o compromisso internacional para garantir a inclusão e equidade, bem como a educação de qualidade e oportunidade de aprendizado ao longo da vida para todos. No contexto de combate à vulnerabilidade diante da pandemia do Covid-19, esse compromisso se expressa, em primeiro lugar, da seguinte forma:

(I) Equidade e inclusão: foco nos grupos populacionais mais vulneráveis e marginalizados - incluindo povos indígenas, afrodescendentes, refugiados e migrantes, os mais socioeconomicamente populações desfavorecidas e pessoas com deficiência - e sobre a diversidade sexual e de gênero. ((UNESCO, 2020a, p. 18 apud Scaff et all, 2021).

O fato do perfil de estudantes que Pernambuco apresenta, principalmente no ensino médio, ser de jovens não brancos do sexo feminino - o mesmo perfil reconhecidamente marcado por vulnerabilidades e desvantagens sociais que exigem maiores atenções - endossa ainda mais a necessidade de criação de políticas públicas específicas voltadas para a educação. A vulnerabilidade social, como argumentam as autoras, pode ser pensada a partir da polaridade existente entre riqueza e pobreza, de maneira que

A pobreza se encontra nas situações em que há negações contínuas e estruturais do direito, e não na simples ausência de renda. Instala-se por meio de processos sociais, econômicos e políticos, não sendo um fenômeno causado pela crise de COVID-19, mas por ela realçado. (SCAFF et al, 2021. p. 7)

## 5.2 MUDANÇAS NAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

A taxa de Rendimento tem como referência as informações de rendimento e movimento dos alunos devidamente matriculados durante o ano letivo. Para isso, são consideradas três variáveis no cálculo: a) taxa de aprovação; b) taxa de reprovação; c) taxa de abandono<sup>25</sup>. O cálculo é baseado no total de número de

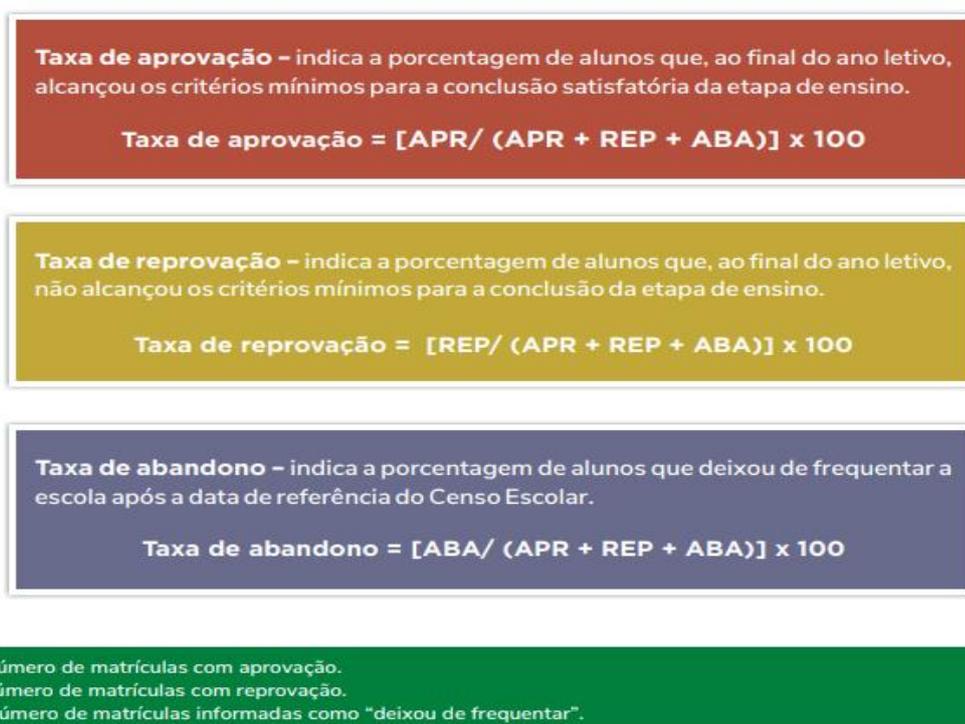
---

<sup>25</sup> É importante ressaltar que os alunos considerados em situação de abandono escolar são aqueles que pararam de frequentar a escola durante o ano letivo. Os alunos que evadem a escola

matrículas e conta com equações apresentadas na Imagem 1.

Analisando os dados pela Localização, Dependência Administrativa e Etapa de Ensino, alguns números se destacam. As taxas de reprovação chamam atenção de alguma forma em todas as etapas de ensino. Apesar dos temores quanto às dificuldades que os estudantes pudessem enfrentar ao se deparar com a suspensão das aulas presenciais e adoção da modalidade de ensino remoto, de maneira geral, em 2020 as porcentagens de reprovação diminuíram.

**Imagem 1: Cálculo das taxas de Rendimento**



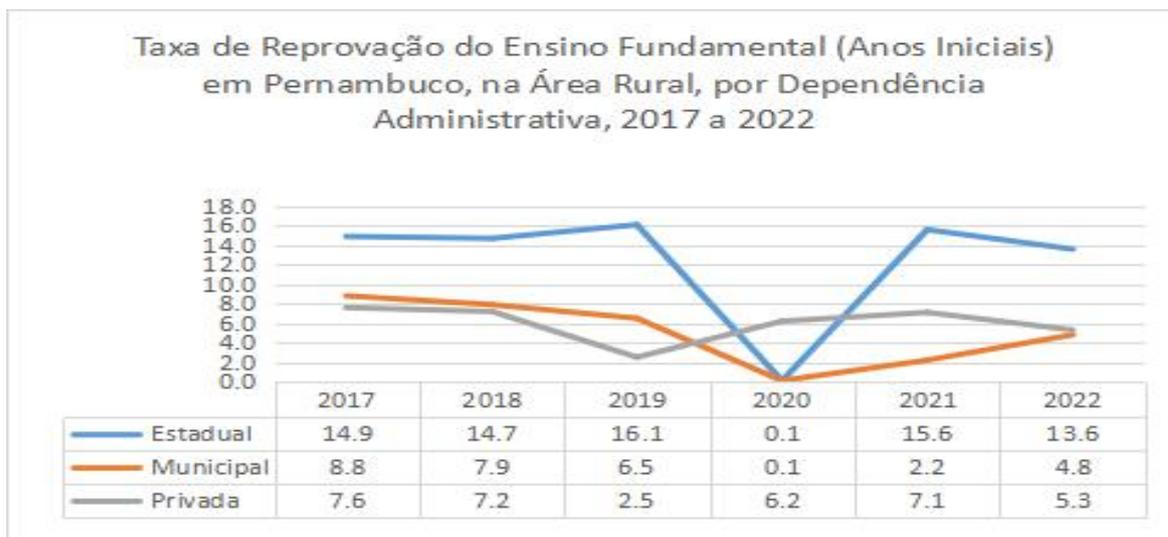
Fonte: Inep

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o percentual de reprovação em escolas estaduais na área rural, que em 2019 era de 16,1% (gráfico 7), foi para 0,1% em 2020, voltando a apresentar valores similares aos anos anteriores em 2021 e 2022. A rede privada, por outro lado, vinha apresentando certa diminuição desde 2017, porém foi de 2,5% para 6,2% de 2019 para 2020.

---

são aqueles que não somente abandonam a escola como não voltam a efetuar matrícula no ano seguinte.

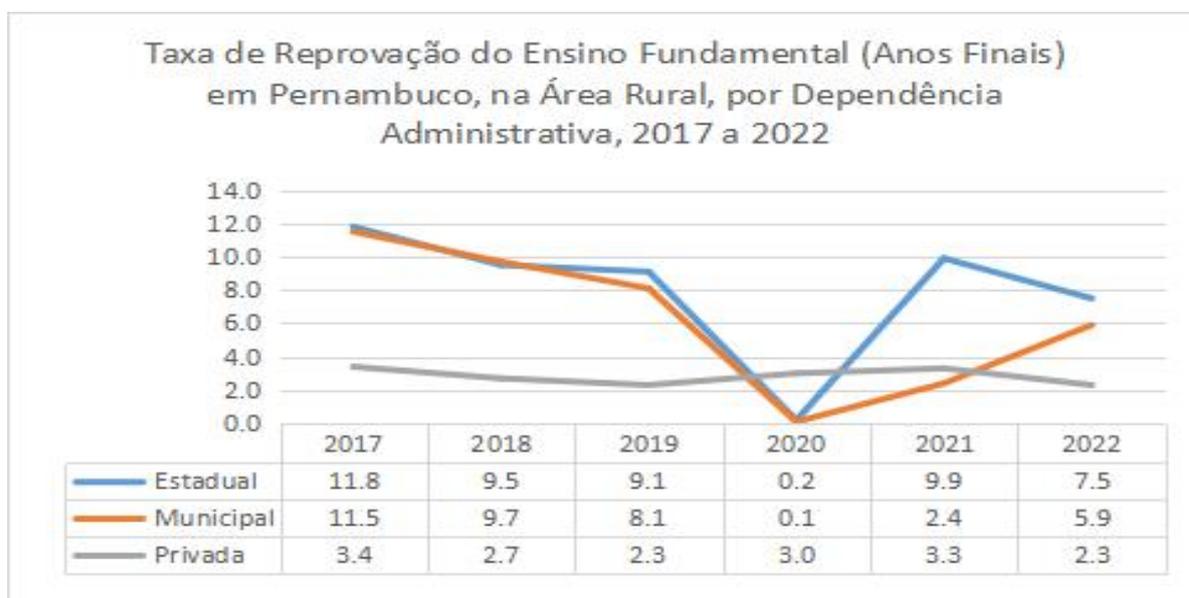
Gráfico 7



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Nos anos finais do ensino fundamental (gráfico 8), a rede privada na zona rural volta a ser destaque por ser a única a apresentar valores consistentes com os observados nos anos anteriores (valores que variam entre 3,4% e 2,3%).

Gráfico 8



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

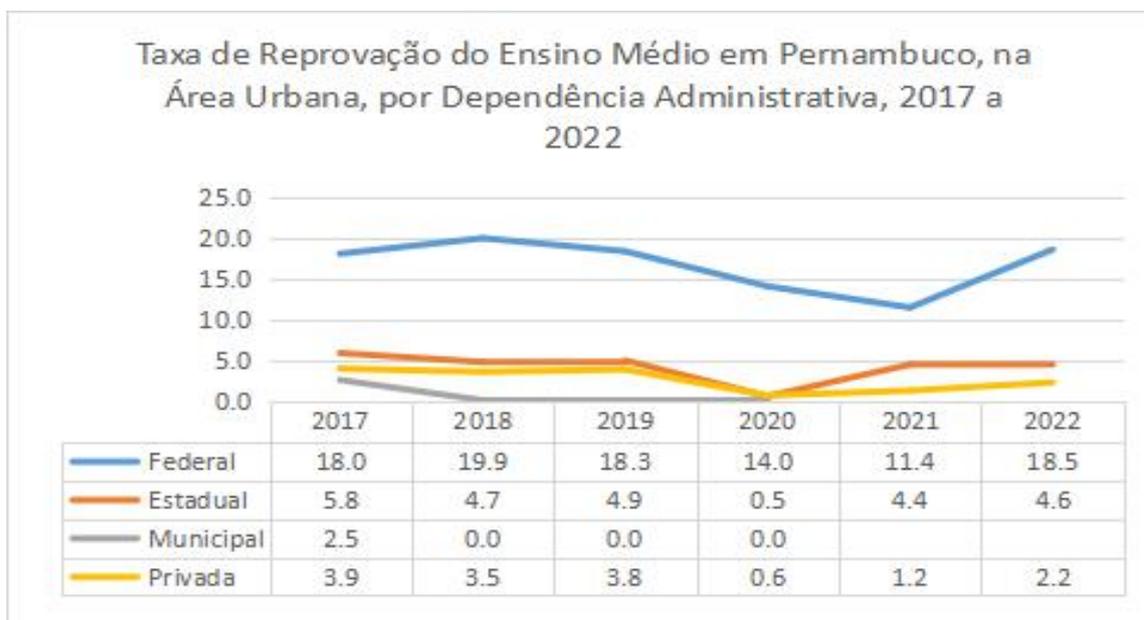
No ensino médio, em 2020 as escolas federais também apresentaram consistência na taxa de reprovação. Na área urbana (gráfico 9), houve diminuição de 18,3% para 14%, que se repetiu em 2021 (11,4%), mas logo retornou em 2022

(18,5%). Na área Rural (gráfico 10), houve um aumento de 14,4% para 19,5% nas taxas de reprovação das escolas federais de 2019 para 2020, diminuindo nos anos seguintes.

Apesar de parecer promissor num momento inicial, a diminuição das taxas de reprovação no período da pandemia deve ser lida com certas ressalvas. Em sua pesquisa no EREM em Recife, Cordeiro (2022) descreve como uma estratégia mais ou menos velada utilizada na escola em que realizou o seu estudo para “resgatar” os estudantes que estavam desistindo das aulas remotas em 2021 era a progressão automática de séries. Essa certamente não foi uma estratégia adotada isoladamente e impactou nos resultados das taxas, apesar de não retirar o mérito das demais estratégias de adaptação do ensino-aprendizagem durante a pandemia.

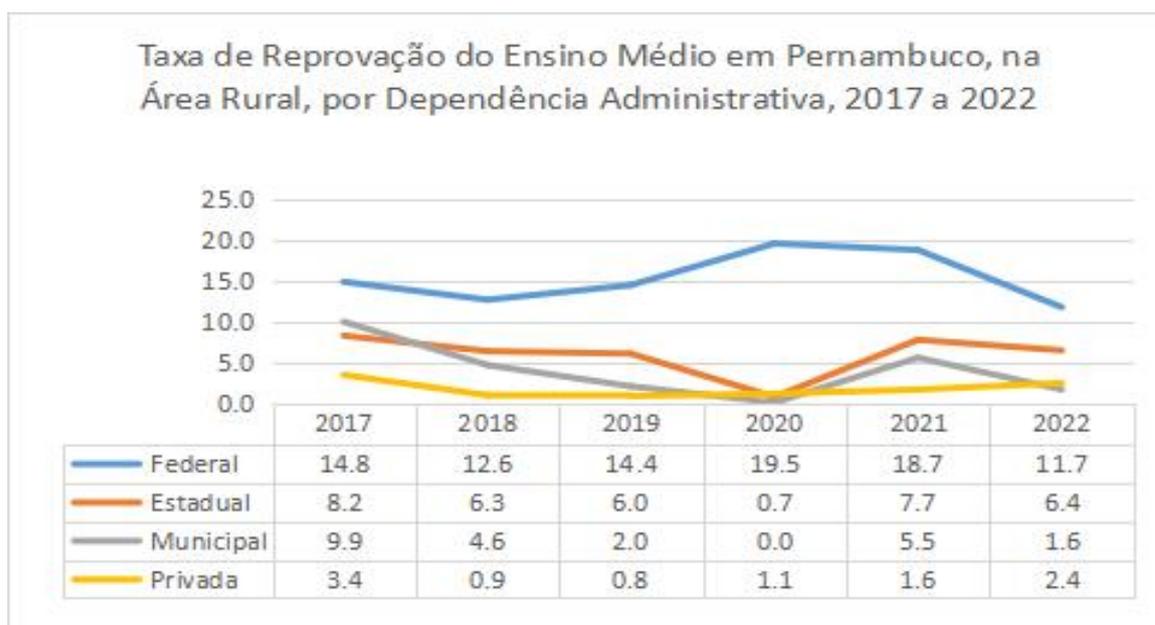
Cordeiro narra, inclusive, que essa estratégia ajudou os alunos que se sentiram deslocados devido à suspensão das atividades presenciais a retornarem para a escola (o que pode ter impactado na taxa de abandono escolar), no entanto, gerou certo prejuízo no que concerne a construção dos saberes e absorção dos conteúdos trabalhados, visto que a progressão automática foi realizada por meio de atividades extras, ignorando a baixa frequência nas atividades escolares.

**Gráfico 9**



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Gráfico 10



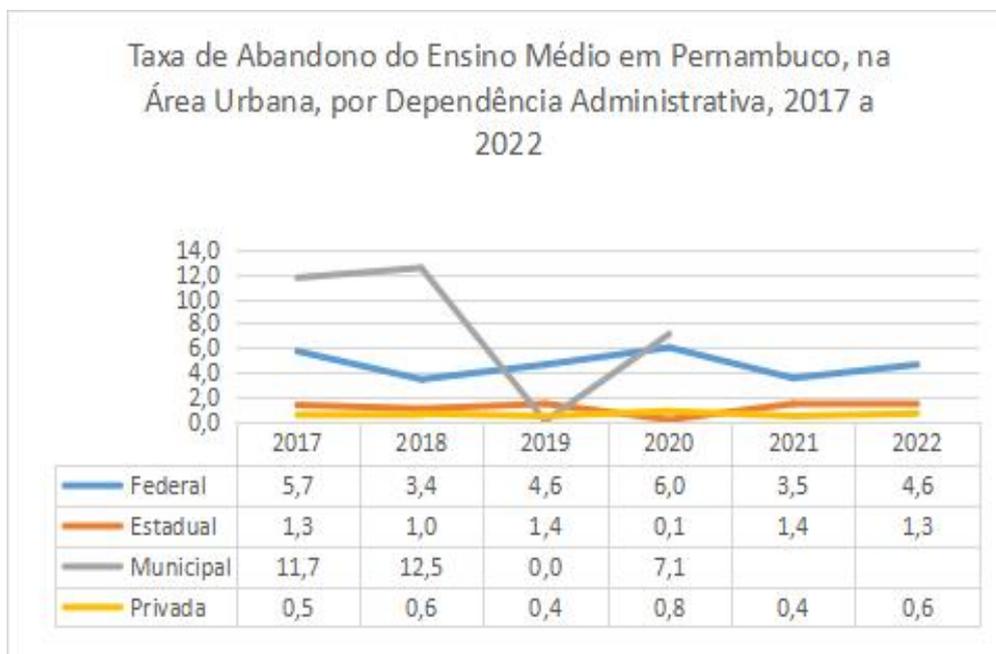
Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Por fim, nos anos iniciais do ensino fundamental, as taxas de abandono se mostraram baixas nos anos que antecederam a pandemia e continuaram assim nos anos decorrentes. No entanto, especificamente nas escolas privadas, esse percentual aumentou drasticamente. Na área urbana, em 2019, a taxa de reprovação era de 0,2% e aumentou para 6,9%, fato relacionado com a diminuição no número de matrículas observado no tópico anterior. Na área rural, os números foram de 0,1% para 3,1% no mesmo período. O ensino fundamental, em seus anos finais, apresentou resultados similares. Nas escolas privadas urbanas, a taxa de abandono foi de 0,3% para 2,1%, de 2019 para 2020. No entanto, contrário às tendências das outras dependências administrativas, as escolas municipais apresentaram queda, de 2,5% para 0,2% na área urbana, tornando a aumentar nos anos seguintes, e de 1,9% para 0,3% na área urbana, repetindo o crescimento posteriormente.

O ensino médio foi a etapa que apresentou números mais dramáticos: duas categorias apresentam valores mais destoantes das quedas observadas em 2020; as escolas municipais na área urbana (gráfico 11), em 2019 apresentaram um percentual de 0,0% na taxa de reprovação, mesmo contanto com valores acima dos 10% nos anos anteriores, voltando a apresentar um aumento de 7,1% em 2020. Na área rural (gráfico 12), a taxa zerada aparece em 2020, após dois anos de

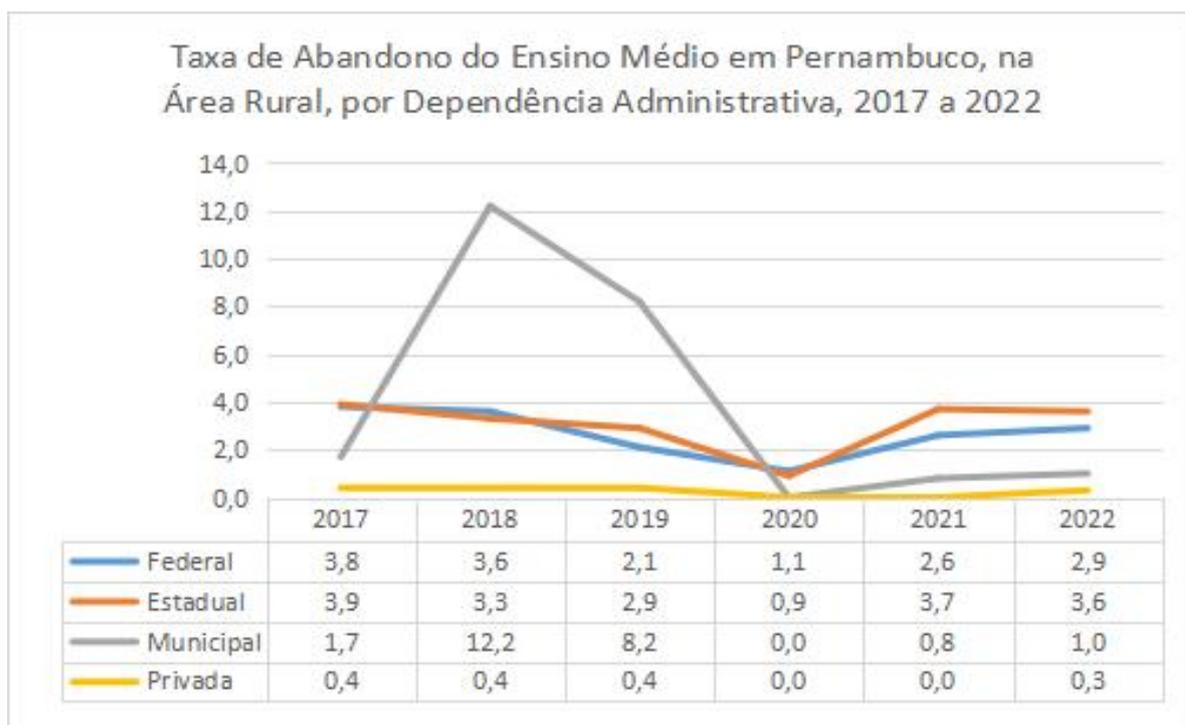
sucessivos valores altos, e continua apresentando valores de menos de 1,1% nos anos seguintes.

**Gráfico 11**



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

**Gráfico 12**



Fonte: Sinopses Estatísticas - Inep. Tabulação própria.

Esses dados podem explicar a procura pela adoção mais expressiva de estratégias como o *Busca Ativa* nas escolas privadas na área rural devido à alta na taxa de abandono, ou o resultado da adoção da estratégia nas escolas públicas em geral, como observado no capítulo anterior. Isso, é claro, não descarta a hipótese anteriormente levantada da interferência de fatores adversos como a aprovação automática.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário com que o mundo se deparou diante da pandemia da Covid-19 trouxe muitas incertezas e instabilidades, sobretudo para países cujas desigualdades diversas são resultado de processos históricos profundos, como o Brasil. Além da preocupação com a saúde pública, outros temas geraram debates acerca de como se preparar para o momento de crise sanitária e mudanças sociais geradas pelo vírus. Era necessário pensar e agir de maneira rápida a fim de deter os prejuízos desse momento e se esperava das autoridades públicas ações pertinentes diante disso.

Na educação, alinhado às diretrizes relacionadas à saúde e segurança, foram elaborados projetos que pudessem, senão frear, diminuir os estragos que a suspensão imediata das aulas presenciais em 2020 gerou para os estudantes, sobretudo para aqueles cuja a escola é o principal acesso para direitos sociais que vão além dos de ensino-aprendizagem. Em Pernambuco, foi possível identificar, através de documentos norteadores oficiais e institucionais e de informações oriundas de resultados de pesquisas acadêmicas sobre a criação de políticas públicas voltadas à educação durante a pandemia do Covid-19, o desenvolvimento de estratégias de conscientização e prevenção contra o vírus da Covid, além de programas assistenciais voltados para a educação, como a criação de uma plataforma digital de disseminação de conteúdo pedagógico, disponível também para TV e Rádio, distribuição de auxílios alimentícios para estudantes cadastrados no CadÚnico, programa de inclusão digital para estudantes e professores, e medidas de combate à evasão escolar.

Se observou, através dos dados da *Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no Brasil* que, ao menos nos dois primeiros anos da pandemia, em 2020 e 2021, o ensino híbrido foi o principal modelo de ensino adotado no Estado, o que reforça a necessidade das medidas que visam cobrir as atividades desenvolvidas remotamente, o que foi amplamente utilizado por todas as escolas, de maneira geral. Quando analisadas as escolas no estado que fizeram o uso de estratégias relacionadas às medidas citadas, as instituições de ensino da rede pública estadual, sobretudo as que ofertam o ensino médio, se mostraram fortemente aderentes aos programas de combate à evasão, atividades de reforço escolar, estratégia de ensino-aprendizagem utilizando plataformas online, TV e

Rádio, trabalho de conscientização sobre a Covid-19, dentre outras medidas. No entanto, outras estratégias, como a disponibilização de equipamentos eletrônicos e subsídio de internet domiciliar, principalmente este segundo, para estudantes e professores não se mostrou muito expressivo, mesmo com programas específicos voltados para este propósito.

Ao analisar os indicadores educacionais em Pernambuco, pode-se observar que desde antes da pandemia existia uma tendência na diminuição no número de matrículas nas escolas em geral. No entanto, em 2020, o que se percebeu foi uma mudança significativa no que concerne às diferentes redes de ensino: as matrículas que antes se mostravam expressivas no setor privado diminuíram e passaram a crescer no setor público. Isso nos dá indícios de como a crise sanitária da Covid-19 afetou o orçamento das famílias e a educação foi um dos primeiros indicativos, refletido na escolha de matricular os jovens no sistema público de ensino como forma de poupar e ter acesso a determinados serviços públicos acessíveis aos estudantes desta rede de ensino.

Nas taxas de rendimento escolar, o que se conclui é que houve uma diminuição nas taxas de reprovação de maneira geral. Estes dados podem refletir os esforços praticados pelo governo e, sobretudo, pelos profissionais em educação para diminuir os efeitos negativos da suspensão das aulas presenciais, no entanto, podem estar sendo distorcidos por práticas como a aprovação automática dos estudantes. Essa prática pode, de certa forma, ter impactado nas taxas de abandono escolar, que mostraram uma diminuição considerável, com algumas exceções, como é o caso das escolas privadas na rede privada de ensino. Não fica evidente em que nível o Busca Ativa pode ter sido responsável pela diminuição das taxas de abandono de forma geral, sobretudo na rede pública de ensino, mas é provável que sua adoção no âmbito privado seja um esforço de diminuir essa taxa tendo em vista seu aumento no período da pandemia - embora esse aumento possa estar relacionado à outros fatores, como a crise econômica enfrentada naquele momento.

Apesar dos esforços governamentais, este e os outros estudos mencionados ao longo do trabalho mostram que existiram certas fragilidades nos planos e ações elaboradas pelo Governo do Estado, envolvendo o limite de cobertura dos programas, falta de detalhamento quanto à forma de execução da estratégia, ou mesmo demora em efetivar as ações propostas na prática. Em se tratando do dia a dia nas escolas, os estudos de caso apontam que mesmo as estratégias bem

sucedidas em sua adoção eram insuficientes diante do despreparo imediato assim que a pandemia teve início e de fatores ligados a problemas como dificuldades econômicas, ambiente familiar desestruturado, falta de estímulo causado pelo isolamento social e outros fatores extraescolares. Esses fatos expõem o quanto a pandemia afetou nosso país em diferentes aspectos, de maneira econômica, social e psicológica. Além disso, destacam a importância de pensar em políticas públicas não isoladas, articulando diferentes instâncias, uma vez que os problemas sociais apresentam complexidade em sua constituição e dissolução.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. V. de; CORDEIRO, A. M. R.; ALCOFORADO, J. L. M.; CARVALHO, J. A. R. **A COVID-19 e os impactos no sistema educacional de Pernambuco**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 8(2), 895– 911. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i2.4247>. 2022.

BRASIL. Legislação Estadual de Pernambuco. Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). **Projeto de Lei nº2663/2021 de 28 de Setembro de 2021**. Pernambuco. 2021. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=8008&tipoprop=p>. Acesso em: 01 de julho de 2023

CORDEIRO, Ana Carolina Silva. **Ensino médio na pandemia do Covid-19 em uma escola de referência em Recife/PE: que educação foi construída?** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2022.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Educação Básica na Pandemia de Covid-19:cobertura do atendimento escolar no Brasil**. Recife: FUNDAJ-CECIM, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/centro-de-estudos-de-cultura-memoria-e-identidade-cecim/publicacoes-1/nt-cecim-educacao-basica-2.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep; 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep; 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep; 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em 26 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep; 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep; 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep; 2023. Disponível

em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <http://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <http://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.

KERSTSNETZKY, Celia. **O Estado do bem-estar social na idade da razão**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

LEMOS, E. F. U.; FERNANDES, J. S. C. **Escolas pública e particular: representações sociais de professores**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, e270110, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WJdx6npzWRGVW5yVrFYBW5d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

MADEIRA, Lígia Mori (organizadora). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre, UFRGS / CEGOV, 2014.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, Cesar Nunes. **Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas / Dermeval Saviani**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional**. Rev. Exitus, Santarém, v. 10, e020063, 2020. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-94602020000100012&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 01 de maio de 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. **Protocolo Setorial de Educação**. Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://educape.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Protocolo-Setorial-Educac%CC%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 01 julho de 2023

SILVA, Jadson Wérverton. **Políticas Públicas Educacionais e a Pandemia do Covid-19: O caso da Educação Campesina do Município de São Caetano-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Pedagogia) - Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; SOUZA, Kellcia Rezende; BORTOT, Camila Maria. **COVID-19 e educação pública no Brasil: efeitos e opções políticas em contexto de vulnerabilidade social**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 6, p. 1–19, 2021. DOI: 10.5212/retepe.v.6.18357.006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18357>. Acesso em: em 19 de setembro de 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: diferenciando processos**. Brasília: Enap, 2014.

## ANEXO A – Questionário da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 (2020)



### RESPOSTA EDUCACIONAL À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

#### I – CALENDÁRIO ESCOLAR

1. Houve ajuste na data de término do ano letivo de 2020 em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19?

Apresentar as datas de início e término informadas na Matrícula Inicial com as opções desabilitadas para edição.

Sim  Não

Nova data de término: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

(Campo habilitado para preenchimento caso seja informado "sim")

1. Início e término do ano letivo de 2020 (para as escolas que não têm a informação na Matrícula Inicial – escolas novas ou paralisadas que apenas admitem alunos após a data de referência):

Data de início: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Data de término: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

2. Período de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem:

(Campo não habilitado para escolas novas e paralisadas)

Data de início: \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
Data de término: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

3. Durante o período de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem, a escola adotou estratégias não presenciais de ensino?

Sim  Não

1



3.1 Período de realização das atividades de ensino-aprendizagem não presenciais durante a suspensão das atividades presenciais:

Data de início: \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
Data de término: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

#### II – ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DURANTE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

4. Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores:

- Realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades.
- Treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial.
- Disponibilização de equipamentos para os professores (computador, notebook, tablets, smartphones etc.).
- Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio.
- Reorganização/adaptação do planejamento/plano de aula com priorização de habilidades e conteúdos específicos.
- Nenhuma das estratégias listadas.

5. Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos:

- Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio.
- Disponibilização de equipamentos para uso do aluno (computador, notebook, smartphones, etc.).
- Manutenção de canal de comunicação com a escola (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens).
- Manutenção de canal de comunicação direto com os professores (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens).
- Nenhuma das estratégias listadas.

6. Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos:

- Treinamento junto aos pais e alunos para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial.
- Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos (livros didáticos impressos, apostilas, atividades em folha etc.) para retirada na escola pelos alunos ou responsáveis e/ou entrega em domicílio.
- Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet (vídeos, podcasts, publicações em redes sociais, plataformas virtuais, aplicativos para celular).
- Realização de aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor.

2



- Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) por TV ou rádio.
  - Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) pela internet.
  - Transmissão de aulas previamente gravadas (assíncronas) por TV ou rádio.
  - Disponibilização de aulas previamente gravadas (assíncronas) pela internet.
  - Realização de avaliações e testes, remotamente, pela internet ou com envio/devolução de material físico.
  - Suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis para a elaboração e o desenvolvimento de planos de estudos/estudos dirigidos.
  - Atendimento virtual ou presencial escalonado com os alunos, seus pais ou responsáveis.
  - Nenhuma das opções apresentadas.
7. Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet:
- Plataforma desenvolvida especificamente para a secretaria de educação municipal ou estadual ou para a escola.
  - Google Classroom (Google sala de aula).
  - Microsofts Teams for Education (Microsoft Teams para educação).
  - Blackboard Learn/Blackboard Unite.
  - Aplicativos ou ferramentas para realização de videoconferências (WhatsApp, Zoom, Youtube etc.).
  - Nenhuma das opções apresentadas.
8. Formas de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais:
- Lista de presença (chamada) eletrônica.
  - Recolhimento das atividades pedagógicas realizadas pelos alunos.
  - Comunicação do professor com os alunos, seus pais ou responsáveis.
  - Relatórios de acesso à plataforma virtual.
  - Não houve monitoramento da participação dos alunos.
9. O tema da Covid-19 foi trabalhado em conjunto com as ações de promoção da saúde e integrado às disciplinas escolares como forma de agregar ao aprendizado?
- Sim  Não

### III – ESTRATÉGIAS DE RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS – ANO LETIVO DE 2020

10. A escola retornou às atividades presenciais do ano letivo de 2020?

3



Sim  Não

- 10.1 Data de retorno das aulas presenciais por etapa de ensino:

- Educação Infantil: \_\_/\_\_/\_\_
- Ensino fundamental anos iniciais: \_\_/\_\_/\_\_
- Ensino fundamental anos finais: \_\_/\_\_/\_\_
- Ensino médio: \_\_/\_\_/\_\_
- Educação de jovens e adultos: \_\_/\_\_/\_\_
- Educação profissional: \_\_/\_\_/\_\_

11. Estratégias pedagógicas adotadas para a conclusão do ano letivo de 2020 (pode ser marcada mais de uma alternativa):

- Manutenção das atividades de ensino-aprendizagem não presenciais para os alunos que não retornaram às aulas presenciais.
- Realização concomitante de atividades presenciais e não presenciais (ensino híbrido).
- Reorganização curricular com priorização de habilidades e conteúdos específicos.
- Avaliação diagnóstica/avaliação de lacunas de aprendizagem dos alunos com adoção de atividades de reforço.
- Adoção de programa de educação acelerada para as séries/anos finais do ensino fundamental e médio.
- Reposição, total ou parcial, dos dias suspensos sem atividade de ensino-aprendizagem.
- Aumento da carga horária diária de atividades não presenciais.
- Planejamento de complementação curricular com ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021.
- Nenhuma das estratégias listadas anteriormente.

12. Medidas sanitárias adotadas pela escola para o retorno das atividades presenciais (pode ser marcada mais de uma alternativa):

- Adequação/ampliação da infraestrutura física das escolas (instalação de pias para a lavagem das mãos, construção de salas para reduzir o número de alunos por turma, aumento da ventilação natural).
- Capacitação dos profissionais para o cumprimento das medidas sanitárias, para a identificação dos sintomas da Covid-19 e para o monitoramento dos motivos de ausência dos alunos.
- Comunicação e divulgação de informações e orientação para funcionários, pais/responsáveis e estudantes sobre a doença, a identificação de sintomas e as medidas de higiene/sanitárias para a redução do risco de contaminação.

4



- Aumento na frequência da limpeza rotineira dos ambientes e das superfícies (maçanetas, portas, cadeiras, mesas, corrimãos e brinquedos).
  - Monitoramento da temperatura dos alunos e dos profissionais da educação ao chegarem no ambiente escolar.
  - Uso constante de equipamentos de proteção individual (masca, proteção facial, etc) pelos profissionais escolares e alunos.
  - Redução do número de pessoas no ambiente da escola (rodízio de alunos, adoção de horários diferenciados/reduzidos).
  - Restrição de circulação e de aglomeração nas áreas comuns da escola.
  - Nenhuma das estratégias listadas anteriormente.
13. Houve profissionais e/ou alunos afastados por Covid-19 depois do retorno presencial?
- Sim  Não

## ANEXO B – Questionário da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 (2021)

 <b>CENSO ESCOLAR 2021</b> <b>RESPOSTA EDUCACIONAL À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL</b>			
Código da escola			
<input type="text"/>			
<b>I - CALENDÁRIO ESCOLAR E ESTRATÉGIAS DE ENSINO ADOTADAS PELA ESCOLA</b>			
<b>1. Houve ajuste na data de término do ano letivo 2021 em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19?</b>			
<input type="checkbox"/> Sim    Nova data de término: <input type="text"/>			
<input type="checkbox"/> Não			
<b>2. Informe as estratégias de mediação de ensino adotada(s) pela escola durante o ano letivo 2021, por etapa de ensino:</b>			
Deverá ser informada a estratégia adotada pela escola considerando todo o ano letivo, podendo ser informada mais de uma estratégia por etapa de ensino.			
Ao responder por etapa de ensino, considere a situação referente a todas as turmas do segmento. Ou seja, não deve ser considerada a situação de uma turma específica e sim de todas as turmas da escola na etapa de ensino.			
	Presencial	Remota	Híbrida
Educação infantil - creche	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação infantil - pré-escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino fundamental - anos iniciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino fundamental - anos finais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino médio / Curso técnico integrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EJA fundamental / FIC integrado à EJA fundamental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EJA médio / FIC integrado à EJA médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação profissional – Técnico concomitante / Técnico subsequente / FIC concomitante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>2.1. Considerando todo o ano letivo, informe o tempo (em dias) que cada estratégia foi adotada pela escola para cada etapa de ensino:</b>			
Deverá ser considerada a situação referente a todas as turmas do segmento. Ou seja, não deve ser considerada a situação de uma turma específica e sim de todas as turmas da escola na etapa de ensino.			
	Presencial	Remota	Híbrida
Educação infantil - creche	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Educação infantil - pré-escola	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ensino fundamental - anos iniciais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ensino fundamental - anos finais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ensino médio / Curso técnico integrado	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
EJA fundamental / FIC integrado à EJA fundamental	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
EJA médio / FIC integrado à EJA médio	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Educação profissional – Técnico concomitante / Técnico subsequente / FIC concomitante	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

## II – ESTRATÉGIAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO ANO LETIVO 2021

Para todas as questões abaixo pode-se selecionar mais de uma alternativa, à exceção da questão 9.

### 3. Estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano letivo 2021:

- Realização das atividades de ensino-aprendizagem não presenciais para os alunos que não retornaram às aulas presenciais.
- Reorganização curricular com priorização de habilidades e conteúdos.
- Avaliação diagnóstica/avaliação de lacunas de aprendizagem dos alunos.
- Aulas ou atividades de reforço.
- Adoção de programa de educação acelerada para as séries/anos finais do ensino fundamental e médio.
- Aumento da carga horária diária de atividades não presenciais.
- Aumento da carga horária diária de atividades presenciais.
- Planejamento de complementação curricular com ampliação da jornada escolar no ano letivo 2022 (*Continuum curricular*).
- Adoção de estratégias de busca ativa como enfrentamento à evasão escolar.
- Nenhuma das estratégias listadas.

### 4. Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores:

- Realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades.
- Treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial.
- Disponibilização de equipamentos para os professores (computador, notebook, tablets, smartphones, etc.).
- Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio.
- Reorganização/adaptação do planejamento/plano de aula com priorização de habilidades e conteúdos.
- Nenhuma das estratégias listadas.

### 5. Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos:

- Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio.
- Disponibilização de equipamentos (computador, notebook, smartphones, etc.).
- Disponibilização de canal de comunicação com a escola (e-mail, telefone, aplicativo de mensagens).
- Disponibilização de canal de comunicação direto com os professores (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens).
- Nenhuma das estratégias listadas.

### 6. Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos:

- Treinamento junto aos pais e alunos para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial.
- Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos para retirada na escola pelos alunos ou responsáveis e/ou entrega em domicílio (livros didáticos impressos, apostilas, atividades em folha etc.).
- Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet (vídeos, podcasts, redes sociais, plataformas virtuais, aplicativos para celular).
- Realização de aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor.
- Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) pela internet sem possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor.
- Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) por TV/Rádio.
- Transmissão de aulas previamente gravadas (assíncronas) por TV/Rádio.

- Disponibilização de aulas previamente gravadas (assíncronas) pela internet.
- Realização de avaliações e testes, remotamente, pela internet.
- Realização de avaliações e testes, remotamente, com envio/devolução de material físico.
- Suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis, para a elaboração e o desenvolvimento de planos de estudos/estudos dirigidos.
- Atendimento virtual ou presencial escalonado com os alunos.
- Atendimento virtual ou presencial escalonado com os pais ou responsáveis.
- Nenhuma das estratégias listadas.

#### 7. Plataformas/ferramentas digitais utilizadas pela escola nas atividades desenvolvidas pela internet:

- Plataforma desenvolvida especificamente para a secretaria de educação municipal ou estadual, rede de ensino ou da escola.
- Plataformas educacionais (Google Classroom, Microsoft Teams for Education, BlackboardLearn/BlackboardUnite, etc.).
- Aplicativos para realização de videoconferências (Zoom, Meet, Teams, Jitsi, etc.).
- Aplicativos de mensagens (Whatsapp; Messenger; Telegram; etc.)
- Redes sociais (Facebook; Youtube; Instagram, etc.)
- Nenhuma das opções anteriores.

#### 8. Formas de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais:

- Lista de presença (Chamada) eletrônica
- Recolhimento das atividades pedagógicas realizadas pelos alunos.
- Comunicação do professor com alunos, seus pais ou responsáveis.
- Relatórios de acesso à plataforma virtual.
- Não foi possível realizar o monitoramento da participação dos alunos.

#### 9. O tema da Covid-19 foi trabalhado em conjunto com as ações de promoção da saúde e integradas às disciplinas escolares como forma de agregar ao aprendizado?

- Sim  Não

#### 10. Medidas de prevenção e controle da Covid-19 que foram adotadas pela escola para a realização das atividades presenciais:

- Adequação/ampliação da infraestrutura física das escolas (instalação de pias para a lavagem das mãos, construção de salas para reduzir o número de alunos por turma, aumento da ventilação natural).
- Capacitação dos profissionais para cumprimento das medidas sanitárias, para a identificação dos sintomas da Covid-19 e para monitorar os motivos de ausência dos alunos.
- Comunicação e divulgação de informações e orientação para profissionais escolares, pais/responsáveis e estudantes sobre a doença, a identificação de sintomas e sobre medidas de higiene/sanitárias para a redução do risco de contaminação.
- Aumento na frequência da limpeza rotineira dos ambientes e das superfícies (maçanetas, portas, cadeiras, mesas, corrimãos e brinquedos).
- Monitoramento da temperatura dos alunos e dos profissionais da educação ao chegarem no ambiente escolar.
- Uso constante de equipamentos de proteção individual (máscaras, proteção facial, etc) pelos profissionais escolares e alunos.
- Redução do número de pessoas no ambiente da escola (rodízio de alunos, adoção de horários diferenciados/reduzidos)
- Restrição de circulação e de aglomeração nas áreas comuns das escolas.
- Suspensão das atividades presenciais após confirmação de casos de alunos ou profissional escolar com Covid-19.
- Nenhuma das medidas listadas.